

PROPOSTA 598/2016 - APRECIAR O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2017 DA EGEAC – EMPRESA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ANIMAÇÃO CULTURAL, E.M., E MANDATAR O REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE LISBOA NA ASSEMBLEIA GERAL, BEM COMO SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A MINUTA DO RESPECTIVO CONTRATO-PROGRAMA 2017, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 599/2016 - APRECIAR O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2017 DA LISBOA OCIDENTAL, SRU, E MANDATAR O REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE LISBOA NA ASSEMBLEIA GERAL, BEM COMO SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A MINUTA DO RESPECTIVO CONTRATO-PROGRAMA 2017, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 600/2016 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2017-2020, BEM COMO O ORÇAMENTO 2017, O MAPA DE PESSOAL E A TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 601/2016 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O PERCENTUAL RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA VIGORAR NO ANO DE 2017, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 602/2016 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL DE IMÓVEIS (IMI), PARA 2017, BEM COMO DAS MAJORAÇÕES E REDUÇÕES, ESTABELECEENDO OS MECANISMOS NECESSÁRIOS PARA O RESPECTIVO CUMPRIMENTO, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 603/2016 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O LANÇAMENTO EM 2017 DO PERCENTUAL DA DERRAMA PARA OS SUJEITOS PASSIVOS CUJO VOLUME DE NEGÓCIOS NO ANO ANTERIOR ULTRAPASSE OS 150 000 EUROS, A APLICAR SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS, BEM COMO A ISENÇÃO PARA OS RESTANTES CASOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 604/2016 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O PERCENTUAL RELATIVO À TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA VIGORAR NO ANO DE 2017, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 605/2016 - DELIBERAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, PARA QUE ESTE ÓRGÃO AUTORIZE, A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO JUNTO DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI), A RESPECTIVA MINUTA DO CONTRATO E O PROGRAMA DE INVESTIMENTOS ASSOCIADO A ESTE FINANCIAMENTO, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 606/2016 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O 1º ADITAMENTO AO CONTRATO-PROGRAMA CELEBRADO EM 2015 COM A LISBOA OCIDENTAL, SRU, BEM COMO A NOVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 607/2016 - APROVAR O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL E A CONSEQUENTE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMEL – EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ESTACIONAMENTO DE LISBOA, E.M., S.A., E MANDATAR O REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE LISBOA NA ASSEMBLEIA GERAL PARA OS VOTAR FAVORAVELMENTE, BEM COMO SUBMETER A PRESENTE PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 608/2016 - APROVAR O FINANCIAMENTO PELO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE LISBOA DA LISTA DE PROJETOS OBJETO DE PARECER FAVORÁVEL PELO COMITÉ DE INVESTIMENTOS, BEM COMO APROVAR A TRANSFERÊNCIA DAS VERBAS PARA A ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DE LISBOA E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA A RESPECTIVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Srs. Vereadores, vamos então passar à análise do, à apreciação e votação de todos os documentos necessários relativas ao processo orçamental. Era isso que eu iria sugerir, se o Sr. Vereador fizesse

uma primeira intervenção sintética de apresentação e depois que pudéssemos ouvir os conselhos de administração de cada uma das empresas para uma apresentação sumária dos seus processos. Não sei se os vereadores concordam com método? Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Obrigado Sr. Presidente. Não tem tanto a ver com esta discussão e antes de entrarmos nesta discussão, queria deixar aqui uma nota, sei que não há Período Antes da Ordem do Dia, mas queria deixar aqui uma nota relativamente àquilo que se passou ontem na reunião de Câmara.

Sr. Presidente, eu tenho por hábito nas várias reuniões de Câmara, sejam elas públicas ou privadas, tentar estar o máximo tempo possível dentro da sessão de Câmara. E faço-o por uma questão de responsabilidade evidentemente, mas, muitas vezes, tenho de me ausentar da reunião de Câmara; umas vezes por motivos profissionais outras vezes por motivos de carácter pessoal, mais que não seja ter que utilizar aqui uma sala bem ao lado. E portanto, sempre houve da parte da Câmara algum, e quando há votações, e eu saí no momento em que o Vereador Carlos Moura estava a intervir e, portanto, deduzi que pudesse demorar mais um minuto e, portanto, quando entrei na sala, estávamos num momento ou estavam a terminar um momento de votação.

E esta intervenção que faço tem a ver com o seguinte, Sr. Presidente: ser Vereador da oposição, sei que o Sr. Presidente nunca foi mas dá muito trabalho andar a analisar propostas, a minha vida não é aqui na Câmara de Lisboa nem, como calculará, nem eu nem os outros Vereadores da oposição vivem das senhas de presença aqui dentro. E, portanto, uma vez que tinha havido -, e proposta em causa era uma proposta que não era um plano qualquer -, como sabe ainda numa reunião anterior foi adiada essa mesma proposta, eu próprio fiz uma intervenção. Não queria repetir a intervenção que já tinha feito uma vez que não havia nada de novo, mas queria deixar Expresso o meu voto. O não incluir o voto, dizer que não vale a pena. Ou seja ao desrespeito por parte de que eu o entendi assim, por parte da Câmara, e quer-lhe transmitir o seguinte Sr. Presidente.

A partir de hoje, qualquer proposta extra-agenda que apareça, CDS recusará. Qualquer uma. Exceto se for de outras forças políticas que não tem nada a ver com esta matéria. Agora da maioria, vou-lhe dizer que, a partir de hoje qualquer extra-agenda que o Senhor traga, porque é a resposta à forma a meu ver indelicada da parte do Sr. Presidente relativamente a uma votação ontem. E, portanto, acho que nos termos em que se dirigiu à forma ..., isto dá trabalho

e, portanto, eu respeito o seu trabalho, podemos ter as nossas divergências. Agora, exijo que respeitem também o meu como eu respeito o trabalho de todos os Vereadores. E por isso é que eu digo, relativamente à maioria que governa a Câmara, se houver uma extra-agenda daqui até ao final do mandato, seja por que razão for, eu impedirei essa mesma votação. No caso das outras forças políticas do PCP e do PSD, evidentemente que poderei como tenho feito sempre.

Agora, não admito, seja do Sr. Presidente seja lá quem for a falta de respeito que ontem aconteceu. E não quis alimentar esse caso ontem na reunião pública de Câmara. Não é fazer disto um caso apenas uma tomada de posição portanto nem merece comentários da sua parte. Obrigado.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador, não merece mas terá como é óbvio. O Sr. Vereador fará o que entender sobre as suas votações futuras, e está no seu direito até de encontrar todas as desculpas que entender para continuar na sua linha política, fará. A minha opinião ontem não teve nenhum sinal de desrespeito, como é evidente, nem eu procuro. Já nos conhecemos o suficiente sobre a forma como conduzo os trabalhos das reuniões para saber que isso não é o caso, é simplesmente o seguinte: aquelas reuniões, por responsabilidade minha tem que reconhecer, eu não sigo as regras regimentais nas reuniões públicas, e deixo os Srs. Vereadores todos, muito mais os Srs. Vereadores da oposição que os da maioria, usarem 1, 2, 3, 4 rondas, muitas vezes para falar do mesmo assunto. O Sr. Vereador se recuperar o regimento verá que o Período de Antes da Ordem do Dia é limitado no tempo. Bastante limitado no tempo. Eu não o faço, só que há um momento que o cansaço e a necessidade de prosseguir fazem com que, a repetição de votações, não tenha ...

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Presidente (cont.): - Oh Sr. Vereador, eu nunca fiz isso aqui, aliás, registre que eu nunca fiz nenhuma alteração para a ata do sentido de voto, eu sempre o que fiz foi repetição das votações. E entendi-o que por uma questão de condução dos trabalhos, não teve no sentido de desrespeito e, por isso o Sr. Vereador não possa entender assim, pode ficar chateado com as críticas que lhe dirijo com as minhas opiniões e outra matéria, não teve sobre isso nenhum sinal de desrespeito, é simplesmente uma questão de condução dos trabalhos aquela hora. Àquela hora. Confesso-lhe que, se calhar, isto ganhava mais em

eu ser mais estrito pelo regimento, e o regimento estabelece um período, não Sr. Vereador, não é isso, é que o regimento não foi feito por mim, mas foi feito por alguma razão, e deve ter sido feito para lhe dar um sentido prático às reuniões. Não é. Haver uma parte do debate, a parte do debate encerra-se, conclui-se, há votações e prossegue-se. Eu tenho seguido uma prática de ser, quer dizer, deixar o debate esgotar-se pela exaustão. Não é o anterior presidente numa prática menos ... tinha, tinha... oh Sr. Vereador está bem, pronto.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Presidente (cont.): - Sr. Vereador, certo. Nas não sei, porque é que ... quer dizer, se quer cumprir as regras e terminar cumprir regras, o que estou a dizer é que as regras ditam um outro modelo de reuniões, não é aquele que temos seguido e, apelar à sua compreensão que àquela hora quem tem que conduzir Ordem Trabalhos e querem encerrar uma Ordem de Trabalhos nem tive nenhuma noção dessa sensibilidade. E por isso, quer-lhe dizer que não há nenhuma ... Sr. Vereador ... o Sr. Vereador imputa um motivo da minha parte, estou-lhe a dizer que o motivo não existiu, o Sr. Vereador interpreta como quiser, o que é que quer que eu lhe diga, não lhe posso dizer mais do que isto. Quando eu lhe quero dizer as coisas de forma frontalmente, digo-lhe, "olhe, foi com o motivo, ou não gostei, acho que o senhor, as suas intervenções não fazem sentido", certo! e por isso é com a mesma abertura que lhe estou a dizer que, neste caso, como é evidente, não teve nenhum sentido de avaliação política rigorosamente nada senão prosseguir com uma resolução sobre os trabalhos, mais nada, com o avanço dos trabalhos, mais nada. Se quiser fazer isto mais do que aquilo que é, está também no seu direito. Fará como entender.

Bom, Srs. Vereadores, estão de acordo com o método, vamos ouvir o Vereador João Paulo Saraiva. Eu acho que a seguir ao Vereador João Paulo Saraiva poderia haver um período de debate relativamente de questões de Vereadores A seguir ouvíamos os Presidentes das Empresas dos Concelhos de Administração. E depois passaríamos à votação. Estão de acordo? Fazemos isto assim, desta forma?

Por isso, debate sobre os documentos todos orçamentais que o Vereador João Paulo Saraiva, e depois os Presidentes do Conselho de Administração. Só fazer o debate no final de todos?

E debate só no fim todas apresentações todas,

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Presidente (cont.): - O Vereador falará, o que eu sugeria é que, fizéssemos isso em 2 partes.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Oh Sr. Vereador, o Sr. Vereador reconheça uma coisa, é que eu gosto de ouvir, eu gosto de ouvir, tanta ... o Sr. Vereador ... acho que faz sentido. No caso dos Conselhos de Administração prescindindo. Agora pode haver outras forças políticas que queiram ouvir

O Sr. Presidente (cont.): - Veja aliás, o contraste com aquela intenção que me atribuiu, eu estou a promover um debate para uma votação que está pré anunciada, é chamado o debate materialmente inútil.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - É, exatamente!

O Sr. Presidente (cont.): - Como não nos vamos debater nem tentar mudar as nossas posições com os argumentos, pronto, mesmo assim, se fará. Veja lá onde já o estado em que estamos.

Eu sugeria talvez, não sei, os Srs. Vereadores que me digam se querem tudo junto e debate no fim ou não. Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Bom dia. Obrigado Sr. Presidente. É assim, parece-me que é muito mais produtivo, se a virmos agora o Vereador e depois ouvirmos os Conselhos de Administração. Até porque podem existir perguntas que seja necessário fazer aos Conselhos de Administração e que não convém misturar as 2 coisas aqui, quer dizer, é por uma questão de respeito, não só pelos Conselhos de Administração que aqui vieram para estar presentes e prestarem esclarecimentos, mas pelas questões que à Vereação dizem respeito e que seria muito mau estar a imiscui-los diretamente na discussão entre a Vereação. E, portanto, eu entendo que uma apresentação por parte do Sr. Vereador, com questões colocadas ao Sr. Vereador e depois as questões específicas que poderiam também depois ser muito mais rápidas, porque podemos ouvir as 3 administrações fazendo-lhes logo perguntas que possam ter pertinência para estas questões, de seguida e não penso que perdêssemos muito tempo com isso.

O Sr. Presidente: - Muito bem. Srs. Vereadores, se estão todos de acordo, então vamos seguir este método - Vereador João Paulo Saraiva, debate dos Vereadores e depois empresas municipais. Sr. Vereador.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, e como tem feito nos últimos anos, tentando ser o mais rápido possível, mas não posso deixar de começar por, mais uma vez, saudar e dar os parabéns a todos aqueles que estiverem envolvidos neste processo porque, de facto, foi um processo, mais uma vez, que decorreu ainda com maior profundidade que nos anos anteriores, diria eu, pelo menos naquilo que é a minha experiência. E é um processo que foi mais difícil, mais exigente, nomeadamente por tudo o que teve a ver com o BEI, mas de todas as áreas do Município estiveram envolvidas e, como é evidente a Direção Municipal de Finanças e os seus dirigentes tiveram aqui um papel especial e, portanto, queria começar por aí, por saudar, lhes agradecer por todo o empenhamento, o empenho a todos os trabalhadores que estiveram envolvidos neste processo.

Depois dizer-vos também que, mais uma vez, se cumprem todos os prazos. Neste caso podíamos ter tido aqui alguma dificuldade, porque as propostas que a Oposição nos fez chegar, foram tantas que tivemos alguma dificuldade em cumprir os prazos e, portanto, nomeadamente o Vereador João Gonçalves Pereira fez-nos chegar propostas que eu estava, já estávamos com grande dificuldade em contemplá-las todas.

E, portanto, e já agora que estamos a falar do Vereador João Gonçalves Pereira, começo pela primeira linha marcante deste orçamento.

A primeira linha marcante deste orçamento é, claramente manter e reforçar a política fiscal e tributária mais favorável da Área Metropolitana de Lisboa. E ao contrário do que o PSD e o CDS, nomeadamente o Vereador João Gonçalves Pereira têm afirmado, e deturpado relativamente àquilo que são as contas do Município. O Município mantém a política fiscal e tributária mais favorável da Área Metropolitana de Lisboa, mantém o IMI mais baixo, mantém no IRS, a maior devolução de toda a área Metropolitana de Lisboa; a devolução do IMI significa 30 milhões de euros que é basicamente metade de todo o IMI que as Autarquias do País devolvem aos seus munícipes. E sobre o, desculpem, o IRS, isto é, estamos a falar do IRS, sobre o IMI estamos na taxa mais baixa, devolvemos 70 milhões de euros, ou seja, não cobramos, deixamos de arrecadar 70 milhões de euros daquilo que era a receita máxima possível, e não temos paralelo na área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente onde há Municípios do PSD que onde os Srs. Vereadores, nomeadamente do PSD e do

CDS teriam por, até por relação pessoal e por relação Partidária, toda a capacidade de influenciar, e não fazem. Aliás, reforçando aquilo que fizeram enquanto estiveram na Câmara Municipal de Lisboa onde nunca tiveram os impostos mais baixos e as taxas mais baixas que podiam ter. E nós temos. E por outro lado, enquanto estiveram no Governo, escusamos de massacrar mais porque, de facto, é preciso ter lata para continuar a dizer o que têm dito, nomeadamente na Câmara Municipal de Lisboa sobre esta matéria. As tarifas e os resíduos urbanos, temos a 5ª tarifa mais competitiva ...

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva (cont.): - ... o Sr. terá o seu tempo de falar, terá o seu tempo de falar, exato, o canal história, Quando vocês votaram contra o Orçamento sobre essa matéria exatamente.

Mas eu sobre esta matéria também já disse o que tinha a dizer, mas já agora que o Senhor Vereador João Gonçalves Pereira pediu tanto rigor na condução das reuniões, eu queria-lhe pedir em nome da informação aos Munícipes da cidade de Lisboa, eu queria-lhe pedir rigor quando se referir às taxas e impostos que nós cobramos, porque, de facto, o que as caracteriza foi o que eu referi e não um aumento de impostos como o Senhor disse nas Notícias. Desculpe!

Mas a receita, deixe-me dizer-lhe resulta do IMT, a receita resulta do IMT. Eu não sei o que é que o Sr. está a sugerir. Se é que nós não cumpramos a Lei que os Srs. aprovaram sobre a taxa de IMT, que não fomos nós que a fixamos; se o Sr. está a sugerir que nós não arrecademos a receita, “desculpem lá Governo, fiquem lá com a receita do IMT, porque nós estamos aqui com alguma, com uma receita que o CDS não quer que nós arrecademos”. Eu não estou a perceber qual é que é a sua ideia, mas gostava que a explicitasse. Terá a sua oportunidade.

Quanto à política fiscal relativamente às empresas. Ela mantém a nossa política mais favorável da Área Metropolitana de Lisboa com as empresas com menos de 150 mil euros de volume de negócios estão isentas de derrama, a isenção para atividades de restauração e pequeno comércio, com valores inferiores a 1 milhão de euros de volume de negócios, isto significa uma devolução às empresas de mais de 4 milhões de euros em cada ano.

Por outro lado, mantemos também a capacidade de pagar a pronto. O nosso prazo médio de pagamento são 3 dias, como sabem e, portanto, isso tem evidentemente um efeito positivo na liquidez das empresas.

Já agora, vamos só referir três pontos também que caracterizam de forma inequívoca este Orçamento. O início do programa e a atividade do Município no próximo ano, o início do programa “renda acessível”, não tem um impacto orçamental muito expressivo, mas terá um impacto certamente na concretização das políticas do Município na área da habitação da máxima importância.

O fundo de mobilidade urbana de Lisboa é outra das características deste Orçamento que o marcam profundamente, e inauguramos aqui, digamos, a nossa preparação para assumirmos a gestão integrada da mobilidade na cidade de Lisboa, nomeadamente a gestão da Carris.

Por outro lado, chegámos a um ponto, que eu rotularia de um ponto comum, importantíssimo da aplicação do fundo de desenvolvimento turístico: as taxas e taxinhas, nomeadamente esta que incide sobre aqueles que não são os Municípios de Lisboa, e que tem crescido, e contra as quais os Srs. se bateram, nomeadamente o CDS. Mas deixe-me dizer-lhe que é tão mais, é tanto maior o nosso orgulho nesta matéria, quanto aquilo que foram as nossas, que foram, que foi o modelo de construção da taxa, veio a verificar-se, e até ser suplantado, e até ser suplantado em parceria, como vamos verificar a seguir, na proposta que vamos apresentar, em parceria com o setor. E todas aquelas previsões catastróficas sobre o impacto da taxa no turismo de que a Direita foi protagonista, não se vieram a verificar, pelo contrário elas, não houve qualquer alteração a esse nível, houve um crescimento do setor do turismo nesta cidade. E os empresários e todo o setor, veio a reconhecer a importância da taxa, e a participar naquilo que são as propostas, e na validação dessas mesmas propostas para serem apoiadas por as receitas que advém desta taxa.

O ponto de partida, como todos sabem, para este Orçamento também é um ponto bom de partida, do ponto de vista da nossa situação financeira, muitíssimo favorável. Como eu já referi, estamos a pagar a 3 dias, conseguimos voltar a baixar o passivo em cerca de 57 milhões de euros no primeiro semestre, baixámos a dívida Legal e melhorámos a nossa capacidade e a margem de endividamento.

O que é que isso depois tem tradução evidente em todos os rácios, não me vou aprender com isso, mas é evidente que nós temos uma situação financeira invejável. E temos essa mesma situação financeira em paralelo com a, como eu referi, a capacidade de mantermos para os municípios um impacto tributário e fiscal o mais baixo da Área Metropolitana de Lisboa.

As empresas Municipais que fazem parte, como sabem do Universo Municipal mantêm-se também com resultados operacionais positivos, equilibradas e,

portanto, a saúde financeira do Município no seu todo é evidente, é reconhecida pelos nossos auditores, e é reconhecida pelos mercados financeiros, nomeadamente quando nós vamos, quando nós lhes solicitamos que nos façam um “*pricing*” para os empréstimos, quer seja o empréstimo do BPI já referido, por diversas vezes, mas agora também, e por maioria de razão e de forma muito expressiva pelo próprio BEI.

Este orçamento do ponto de vista das opções estratégicas, eu já fui referindo as maiores teremos oportunidades das escarpelizar. Ele tem 4 pilares fundamentais, que é o desenvolvimento e emprego, a coesão, a qualidade de vida, e a cidade global, aberta e multicultural; no pilar desenvolvimento emprego, eu destacaria o novo UB empreendedor do Beato, para o qual destinámos cerca de 3 milhões de euros no Orçamento; o WEBSUMMIT que vai servir como alavancagem de toda a nossa participação no WEBSUMMIT investimento Municipal naquilo que é, tudo aquilo que gira à volta do WEBSUMMIT; o Fundo de Desenvolvimento Turístico com 11 milhões de euros; o fundo de lojas com história com 250 mil euros; o centro, o COI e o Lisboa e a Política Lisboa Aberta, Dados Abertos com cerca de 3 milhões de euros; o programa de empregabilidade e coesão com cerca de 1 milhão de euros.

No pilar coesão, a política “renda acessível”, que eu já referi, com, entre aquisições e tudo aquilo que está, que é necessário para que este processo avance cerca de 5,2 milhões de euros; a requalificação do Parque Habitacional Municipal com um investimento que tem diversos anos, mas que este ano vai ter um impacto de cerca de 22,5 milhões de euros; o programa escola nova e programa B.a.Bá, com um reforço a 21 milhões de euros; a Ação Social Escolar e promoção do sucesso escolar 11 milhões de euros; o Fundo de Mobilidade Urbana, como já referi, com cerca de 15 milhões de euros; o plano integrado para as pessoas sem-abrigo, 1 milhão de euros; a Teleassistência, a Monitorização das condições de saúde, nomeadamente da população idosa, 1 milhão de euros; a reforma administrativa, algo que não tem paralelo onde tem aqui, evidentemente as transferências correntes para as Juntas de Freguesia, mas também toda a área dos planos de delegação de competências dos protocolos de delegação de competências que vem reforçar esses mesmos cerca de 70 milhões de euros, que estão contemplados na reforma administrativa, no impacto para 2017, são mais 11, cerca de 11 milhões de euros que acrescem esse valor.

A qualidade de vida com o programa Uma Praça em cada Bairro vai continuar, com 16 milhões de euros de execução este ano, Frente Ribeirinha, 3.4, estou a

falar do Universo Municipal, evidentemente, quem está a fazer este investimento a partir do orçamento da EMEL. O plano de reabilitação de vias pavimentar Lisboa com mais 3.5 milhões de euros, o plano geral de drenagem de Lisboa, 17 milhões de euros, o plano de acessibilidade pedonal 3.9, a mobilidade suave corredores cicláveis, bicicletas partilhadas 5 milhões de euros entre um esforço entre o Município e o orçamento da EMEL, estacionamento, proximidade, 13,7 milhões de euros, EMEL dispositivo de proteção civil cerca de 5 milhões de euros de investimento.

No eixo cidade global aberta e multicultural o programa de acolhimento, aos refugiados tem 1,9 milhões de euros para 2017, a promoção de eventos culturais onde ganham especial destaque a capital Ibero-Americana da Cultura e uma série de investimentos para preparação da candidatura de Lisboa, Capital Europeia do Desporto a caminho de 2021 com cerca de 5,7 milhões de euros e, o investimento em equipamentos e atividades culturais e prática desportiva com 26 milhões de euros. Isto dá uma distribuição por eixos com o principal impacto no Lisboa mais próxima, que é o eixo mais importante e portanto, gostaria de destacar essa mesma importância.

Quanto às empresas municipais, elas vão ser caracterizadas como vai ser detalhado a seguir, por uma dupla perspetiva de manter todo o equilíbrio de todas as empresas municipais e preparar e intensificar a sua sustentabilidade. Uma a uma GEBALIS teve um alargamento do âmbito e portanto, vamos criar as condições de sustentabilidade e melhorar a sustentabilidade desse mesmo alargamento do âmbito, nomeadamente com aquilo que foi uma decisão que decorre dos próprios estatutos e que será concretizada nos próximos meses e terá impacto em 17 da passagem do património habitacional disperso, para a gestão da GEBALIS. Sairá reforçado neste orçamento a requalificação do edificado, um processo profundo que exige uma grande performance da GEBALIS, está a ser conseguida e tem como é óbvio como abordagem recuperar o passivo de largos anos. O orçamento da Gebalis contribui para o universo municipal com cerca de 30 milhões de euros. A EGEAC também terá um ano de consolidação, nomeadamente no alargamento do âmbito que aqui votámos e que tem um impacto importante também naquilo que serão as realizações da capital Ibero-Americana de cultura e, o total do orçamento são 21 milhões de euros.

A SERU, como também sabem, vamos consolidar o alargamento do ano que ela passou a ser uma sociedade de Reabilitação Urbana de toda a cidade e isso reflete-se evidentemente naquilo que é, o contrato-programa e o orçamento global que andam na casa dos 19 milhões de euros.

A EMEL, trás aqui hoje de forma muito evidente aquilo que é um ano de consolidação do alargamento da ampliação do âmbito de que foi objeto nos últimos anos. É, neste momento uma empresa muito mais do que de estacionamento, de uma empresa de mobilidade em que integra, de forma muito evidente, diversas facetas de mobilidade da cidade e, por isso mesmo traz aqui hoje um aumento do capital social que corresponde a esse aumento de desafio relativamente àquilo que é o âmbito da empresa. Tem evidentemente, é caracterizada no seu orçamento por um investimento claro, um investimento de proximidade e estacionamento dissuasor de intervenção integrada nos anos mobilidade de um conjunto de intervenções, nomeadamente um que vai ser muito importante e que vai ter uma expressão muito importante em termos orçamentais que é rede de bicicletas partilhadas, num total de orçamento de 41 milhões de euros.

Reafirmo, as empresas vão ter, vão estar, vão manter o seu equilíbrio e vão ver reforçada a sua sustentabilidade.

O Orçamento para este ano, tem uma receita em dotação definida de 775 milhões de euros, o que significa um crescimento de 51 milhões de euros relativamente ao ano passado, essencialmente, pelo aumento das receitas do Imposto Municipal de Transações o IMT. E é esse o aspeto mais importante a salientar da estimativa, que é uma estimativa de receita prudente relativamente como aliás, tem caracterizado os nossos últimos orçamentos.

Este orçamento é também um orçamento que tem uma característica muito importante, porque tem uma dotação não definida, muito expressiva 129 milhões de euros, que tem lá dentro o impacto e portanto, a passagem de não definida a definida, de forma que esperamos que seja no 1º a 2º mês do ano 2017, daquilo que será a digamos, a componente do plano de investimento do BAI, que tem a componente de empréstimo que será submetida a este órgão hoje, que fará a tramitação pela Assembleia Municipal e, pelo Tribunal de Contas.

Universo Municipal, portanto, se juntarmos a Câmara Municipal de Lisboa com as suas empresas, ele vai ascender em não definida a 976 milhões de euros e em definida a 846 milhões de euros.

E eu, finalizaria dizendo que, este orçamento é um orçamento igualmente com características muito idênticas à dos últimos anos naquilo que já referi. É um orçamento que, parte de estimativas, prudentes, mais uma vez no optámos pelas estimativas mais otimistas que nos foram apresentadas pelos serviços. Fomos muitíssimo prudentes relativamente à receita e, este orçamento vai permitir desenvolver o plano de investimentos que já tínhamos por diversas

vezes sufragado nesta Câmara, vai permitir intensificar alguns desses investimentos e, ao mesmo tempo manter a sustentabilidade das contas do município.

E neste momento, para uma primeira intervenção era o que se me oferecia dizer Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado Sr. Vereador. Vamos então abrir o nosso debate. O Sr. Vereador Manuel Figueiredo. Depois o Sr. Vereador João Gonçalves.

O Sr. Vereador Manuel Figueiredo: - Muito bom, dia Sr. Presidente, Srs. Vereadores.

Numa 1ª intervenção sobre o plano de atividades e orçamento da Câmara e das empresas municipais, gostava de começar por salientar o seguinte e, aliás aproveitando também intervenção feita agora pelo Sr. Vereador das Finanças. O Senhor Vereador falou muito no orçamento e muito pouco no Plano de Atividades e muito pouco daquilo que são as estratégias, o que vai ser o desenvolvimento da cidade no próximo ano. Da nossa parte, nós acompanhamos a questão de que, a cidade de Lisboa, o Município neste caso, se encontra numa situação financeira saudável, sustentável, quanto a isso não temos dúvidas. Também não temos dúvidas quanto à bondade dos números aqui trazidos, mas já temos algumas em relação a algumas informações em concreto, designadamente, por exemplo, na receita. Nós estamos, como o Sr. Vereador disse, com um dos maiores, senão o maior orçamento, que alguma vez veio a esta Câmara se excetuarmos as situações anteriores que teve a ver com alguma vez veio a esta Câmara excetuarmos as situações anteriores que teve a ver com os terrenos do Aeroporto por um lado, ou ainda a operação com a Parque Expo. Portanto, tirando estas 2 situações, este é de facto, o maior orçamento.

Ora bem, se é o maior orçamento, nós podemos aqui assim ver então, onde é que está esta origem não é? E já agora, o Sr. Vereador, por exemplo, disse que, um dos grandes crescimentos é o IMT. Ora acontece que o IMP, previsto em verba definida são cerca 160 milhões. A verba executada, Sr. Vereador, em 2014 é a última execução que nós temos conhecimento foram 175, portanto, até está a descer. Onde está a subir, de facto, é por exemplo, na, eu não sei qual é também pode ser a verba prevista no orçamento de 2016 essa sim baixar para 136 milhões. De qualquer maneira a Execução é sempre importante, não é, no caso das Taxas, por exemplo, elas passam de 52 para

77, aqui sim, há um acréscimo significativo, considerando a Execução de 2015 com o Orçamento de 2017.

De qualquer maneira, ainda em relação aos documentos que nos foram apresentados, portanto as Grandes Opções do Plano e o Orçamento. Eu começava por fazer uma grande crítica àquilo que são as linhas desenvolvimento estratégico vertidas nas Grandes Opções do Plano; nós todos pensamos que, enfim, estas, este conjunto de páginas logo no início das GOP, sintetizam aquilo que nós deparamos que é a estratégia do Município a desenvolver, não só para 2017, portanto aquilo é por um período de 3 anos.

Ora, o que é que nós verificamos quando vamos analisar este documento, que para mim é o documento mais importante do ponto de vista político, para além dos números? O que verificamos, é que estas linhas estratégicas são um “copy paste”, não só do ano passado, como do de há 2 anos. Mais, nestas linhas estratégicas, aqueles pilares, que há bocadinho o Sr. Vereador falou e que nós conseguimos apanhá-los, por exemplo, se lermos um documento, se lermos o Orçamento e se virmos os números, não aparecem nas linhas estratégicas, não aparecem nas linhas políticas. Nada lá vem, por exemplo, sobre a nova Feira Popular; nada lá vem sobre Carris; nada lá vem sobre um conjunto de outras questões, que são determinantes para o desenvolvimento da atividade política da Câmara no próximo ano ou no triénio. Aliás, estas linhas estratégicas são deslizantes, portanto, há 3 anos eram para 14, 15, 16 e 17, depois era 16, 17 e 18, e as deste ano são para 17, 18 e 19, mas apesar de serem deslizantes e apesar disso tudo, delas não se alteraram, aliás já nem vale a pena, mas existem parágrafos mesmo que são completamente, porque são parágrafos objetivos que lá constam que dizem mesmo, “no ano passado, fizemos isto e isto”. Epá, mas o ano passado fizemos, não só em 2014, como 2015, como em 2016, portanto não pode ser, ou seja, o parágrafo tem que mudar, mesmo em concreto, foram 48 medidas, epá foram 48, mas foram sempre 48, portanto há aqui alguma coisa.

O que é que isto significa Sr. Vereador, e nesta 1ª análise em geral, que é o seguinte? As peças que aqui vêm foram feitas pelo seu Gabinete, e desse ponto de vista nada a obstar, agora eu não sei é qual é o contributo das restantes Vereações para a definição estratégica e política do município no próximo ano que aqui esteja vertido, isso já tenho algumas dúvidas, porque não aparece.

Depois, como sabe, passando a questões mais concretas na definição, quer dizer, para nós, nós analisamos sempre o Plano de Atividades e o Orçamento, quando nós temos estes números todos e esta receita, e nós também aí temos

algumas divergências nalgumas situações, mas o que importa depois é analisar as prioridades e analisar as políticas. Ora, nós conseguimos analisar as prioridades, fomos o Plano de Atividades, vendo as verbas que lá estão vertidas, mas não conseguimos enquadrar essa análise política depois nos textos, nas estratégias, nas vertentes que são aqui assim colocadas.

De qualquer maneira, relativamente às vertentes que o Sr. Vereador enunciou, designadamente a questão dos Transportes. É sabido que nós estamos completamente contra a ideia de trazer a Carris para a esfera do Município de Lisboa, e estamos contra por várias ordens de razões: desde logo por uma razão de âmbito geográfico, nós consideramos que a Carris é um meio de transporte que não serve só o Concelho de Lisboa, e portanto que deve ser alargada, manter e eventualmente alargada a sua integração. Desde logo ainda, porque nós consideramos que não só Carris, como todos os meios de transporte da Cidade de Lisboa, devem ser geridos de uma forma integrada. Nós sempre defendemos, como o Sr. Vereador sabe ou como os Srs. Vereadores sabem, que a sua esfera devia ser na Autoridade Metropolitana de Transportes, numa forma integrada com todos os tipos de transportes, não só os autocarros como também o transporte pesado de passageiros, designadamente os comboios e o Metropolitano, tudo isto deve estar interligado.

Aliás como sabem, o nosso Partido propôs inclusivamente, recentemente, que fossem criados Passes Intermodais para, designadamente para a Área Metropolitana de Transportes. E portanto, achamos que a Gestão da Carris na esfera unicamente do Município vem ao arrepio desta ideia de integração, desta ideia de análise mais global no transporte.

E quando falamos do transporte, não é só pelo transporte propriamente dito, é também a questão de parques dissuasores, é também uma outra, uma série de situações que de uma forma integrada deve ser analisada, designadamente para resolver a situação de carência que os Transportes Públicos hoje claramente têm, pelo facto de nos últimos anos ter havido um forte desinvestimento, designadamente na manutenção dos meios destas empresas de transportes.

Dizer ainda que, por outro lado, para além da questão que tem a ver com a questão da gestão, com a questão da área geográfica, da integração, etc., há também uma outra que é muito importante a nosso ver, que é a questão financeira.

A vinda da Carris para a esfera do Município da Cidade de Lisboa, mesmo que a empresa venha livre do seu Passivo, nós não sabemos em que condições é

que ela virá, mas sabemos que é uma Empresa muito carente, por um lado de investimentos nos meios de transportes, e por outro lado, é também uma Empresa, independentemente desse investimento, claramente deficitária na sua exploração corrente e deve sê-lo, porque os transportes são um Serviço Público. E neste caso concreto, este Serviço Público, que é um Serviço para bem da cidade, quanto mais lisboetas utilizarem os Transportes Públicos, tanto melhor para bem da Cidade, porque a Cidade tem menos poluição, a Cidade está a gastar menos noutras infraestruturas. E portanto, por isso mesmo é natural que haja, a Cidade, e enfim, o País neste caso, é natural que este transporte tenha que ser apoiado, ou seja, que a sua gestão seja deficitária no âmbito do Serviço Público. Ora isso também será um ónus muito grande para o Município, e portanto, que aliás, enfim, esta discussão já foi feita aqui várias vezes, e nós já nessas vezes também colocámos as questões, porque estamos contra a essa situação.

Depois, já agora mais alguns pormenores ainda quanto à gestão. É evidente que, não vale a pena aqui repetir outras situações de que nós também não nos revemos na Gestão no Plano de Atividades deste Município, designadamente na questão urbanística. Como sabem, nós votámos contra o atual Plano Diretor Municipal e o que é que ele encerra; também estamos contra a Divisão Administrativa que foi feita ou a Reorganização Administrativa e a Descentralização, e aliás, os resultados também estão patentes na vida do Município e da maneira como se vem dando respostas às várias situações.

Em relação às Empresas Municipais. Enfim, nós ainda vamos também ver o que é que nos vão trazer os Srs. Administradores das várias empresas, mas desde logo também são conhecidas as nossas posições. E eu muito rapidamente iria, relativamente à EMEL, tem havido um alargamento de âmbito que nós não acompanhamos.

Relativamente, por exemplo, relativamente à SRU, é sabido que embora tenha havido um, embora não, quer dizer, nós não estamos com a favor disso, não é. Portanto houve um alargamento da sua esfera de atuação a toda a Área do Município. Mas é conhecido que nós sempre fomos contra a criação deste tipo de infraestruturas, e achamos que a Reabilitação deve estar diretamente ligada ao Município. Também é curioso ainda que a SRU, digamos, que projetava o ano passado com esse alargamento, uma série de atividades, que pelos vistos será para 2016, mas que agora vemos que será em 2017 que elas irão avançar. Portanto também não foi, mas isso é uma questão mais concreta que iremos depois de ver.

Eu, para já ficava-me por aqui, tenho aqui muito mais questões a colocar, mas com andamento debate. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito bem Sr. Vereador.

Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu, em 1º lugar, gostaria de dizer ao Sr. Vereador João Paulo Saraiva, que as considerações que fez inicialmente relativamente alguma História. É inegável a sustentabilidade financeira do Município hoje, isso é inegável, ninguém põe isso em causa. Mas era bom, era bom quando se faz que se falasse, por exemplo, como foi aqui referido pelo Vereador Manuel Figueiredo por exemplo, na questão dos terrenos do aeroporto. E quem ajudou a que isso fosse possível, um processo que se arrastava há anos.

E portanto Sr. Vereador, até teve aí...

O Sr. Presidente: - Desculpe interrompe-lo...

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Oh Sr. Presidente...

O Sr. Presidente: - Não... posso só dizer uma coisa? É que eu gostava de meter um parêntesis...

(diálogos cruzados)

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Comente os dois é mais fácil.

O Sr. Presidente: - Não... só quero meter um parêntesis. Não, mas eu não comento o segundo e comento este.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - O segundo acredito que não queira comentar! Sim!

O Sr. Presidente: - Então também comentarei o segundo, pronto.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Então eu calar-me-ei.

O Sr. Presidente: - Só meter um parêntesis, que o Sr. Vereador pode colocar no seu discurso porque é verdade da história. Terrenos do aeroporto só foram possíveis vender naquele contexto histórico que a Administração Central se encontrava pressionada pela operação de privatização dos aeroportos, mas que se encontravam na possibilidade do domínio municipal por um esforço contínuo dos sucessivos executivos municipais dos quais eu pontuava o executivo de Krus Abecassis. Porque foi ele aliás, desse tempo, em que regista a inscrição em favor do município dos terrenos do aeroporto. Prosseguido aliás, pelo Vereador Pedro Feist e prosseguido depois com êxito pelo Presidente António Costa quando aproveita um momento da Administração Central querer urgentemente resolver essa situação para resolver em definitivo. Foi um contínuo que aliás, começa e tem um contributo, foi pontuado por um contributo... um contributo não, um papel decisivo de várias Vereações e Presidentes começando pelo Presidente Krus Abecassis. Fim de parêntesis.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira:- Sr. Presidente, subscrevo como calcula, parte da sua intervenção, mas acho que o Governo... penso que o Governo da altura teve um contributo mais do que aquilo que o Sr. Presidente aqui referiu. Mas ainda bem que a o Sr. Presidente ajudou aqui o Sr. Vereador João Paulo Saraiva, pelo menos a repor uma parte da história.

Mas há uma parte da história que eu já agora gostaria de ouvir o comentário também do Sr. Presidente. Que tem a ver com a história daquele período negro, negro do Governo Socialista, do Engenheiro Sócrates e que nos deixou aqui um memorando da Troika e que se o Sr. Vereador insiste em esquecer esse momento. E portanto, vou poupar o Sr. Presidente a um comentário relativamente a isso, vou poupar um documentário do Sr. Presidente relativamente isso, porque seguramente é um período negro e que envergonha todo o país.

E portanto, nessa medida é bom, é bom ter noção que o tal enorme aumento de impostos que o Sr. Vereador tantas vezes fala é fruto de um problema e de um memorando assinado pelo Partido Socialista e que infelizmente, um Governo teve que executar esse mesmo plano. Mas não está aqui em causa... estamos a falar de Lisboa, estamos a falar de Lisboa, estamos a falar...

(Diálogos cruzados)

O Sr. Vereador Manuel Salgado:- Já agora para a história, deixem-me lançar só mais uma acha. É que nós chegámos cá em 2007, ainda não havia Troika e

a Câmara estava falida. Nem sequer dinheiro havia para comprar o papel higiénico Sr. Vereador.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Sim senhor. Sabe que a história teve momentos bons e momentos maus. A história faz... toda a história é feita disso. É de momentos bons e momentos maus e quem chega herda um determinado legado e portanto... ouça não vamos falar no tempo do Doutor João Soares, podemos falar aliás, há aqui alguém houve aqui pessoas que tiveram... e acompanharam esses períodos de se chegar à Câmara Municipal por exemplo, e ter deliberações, deliberações não, contratos assinados com determinadas entidades que nunca tinham vindo à Câmara e que a Câmara teve que assumir aquilo que foi assinado porque é uma pessoa de bem. Mas como lhe digo, deixemos o canal história...

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador deixe-me só meter um parêntesis, já que não meti na outra e não vou falar dessa outra da troika. Oh Sr. Vereador... não falarei não... Não, tenho todo o gosto mas isso leva-me a outro tipo de considerações que ficávamos aqui... Só sorri a ouvi-lo falar sobre isso. Por favor, não abra esse dossier porque quando começar eu a falar sobre esse dossier, sobre os casos resolvidos que vem e ainda temos vários abertos para resolver sobre este passado.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Mas, oh Presidente, sabe que para se fazer essa história e para fazer esse debate, era útil então trazer os ex-Presidentes também para no fundo, também demonstrarem aquilo que resolveram e que foi herdado.

E portanto, acho que como eu dizia, a história tem destas coisas e portanto, cada um recebe o legado que recebe e tenta fazer o melhor possível.

Mas portanto, oh Sr. Vereador João Paulo Saraiva, era bom que quando faz essas intervenções que contasse a história toda. Fica-lhe mal só contar parte da história. Está bem, já lá iremos.

Agora em relação aqui à questão orçamental. Os Lisboetas sabem, e a boa notícia e a boa nova que esta maioria governada pelo Partido Socialista, traz aos lisboetas para 2017, é que haverá um grande aumento de receita. Há uma previsão de um grande aumento de receita em matéria de taxas, taxinhas e impostos de qualquer coisa como mais 40 milhões de euros, ou seja mais 10,4%. E estes impostos e para se perceber, eu diria mesmo, eu chamei-lhe ontem um aspirador fiscal. Mas eu devo dizer que quando se analisam estes

números, e vou ser factual e portanto, não... espero que não tenha feito mal as contas, mas que estará cá o Vereador João Paulo Saraiva para me corrigir se for o caso.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador, de certeza que fez mas cá estaremos para o corrigir.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Diga, diga. Agora não ouvi...

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira (cont.): - Em matéria de impostos e de previsão de receita entre 2014 e 2017 há um aumento de qualquer coisa como 30,5%. Em matéria de taxas e taxinhas entre 2014 e 2017 há um aumento de previsão da receita de 104%.

Eu dir-lhe-ia Sr. Vereador e Sr. Presidente, que eu diria que estes números até são pornográficos e devia envergonhar, devia envergonhar quem depois diz ao mesmo tempo que se quer manter pessoas e empresas nesta mesma... aqui na cidade de Lisboa.

E portanto, tenho aqui o detalhe do que é que foram os vários anos e evolução mas não me vou deter muito tempo com isso. Mas diria que... diria apenas o seguinte, e queria deixar aqui uma pergunta, aproveitando que o Sr. Vereador falou nisso, relativamente ao plano de drenagem. Em relação ao plano de drenagem, eu tenho de memória mas o Sr. Vereador vai-me corrigir seguramente com os números certos, quanto é que estava previsto para o ano 2015 em matéria do plano de drenagem? Vou mandar um número de cor, não tenha que o número certo mas andava à volta dos 5 milhões de euros.

Desses 5 milhões de euros, algures ali por Abril/Maio, recordei que foi feita uma revisão orçamental, não, uma alteração orçamental...

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira (cont.): - Sim, falei de 5... não 2015. No orçamento de... não desculpe, no orçamento de 2016, peço desculpa. Está a ver? Corrige-me nos números e isso é sempre bom, 2016. Em 2016 havia uma previsão de qualquer coisa como 5 milhões de euros e algures em Abril/Maio houve uma alteração orçamental em que se retirou a essa rubrica qualquer coisa como 3 milhões de euros.

E na altura, o Sr. Presidente da Câmara deu como justificação até na sequência de uma pergunta que o CDS e o PSD tinham feito na altura, e perguntaram ao Sr. Presidente; *“mas ouça, está a tirar dinheiro ao plano de drenagem? Não vai executar aquilo que tem previsto?”* E o Sr. Presidente na altura disse, eu recordo nós estamos quase em Novembro, na altura, o Sr. Presidente disse; *“não não, isto é uma questão aqui... o Sr. Vereador João Paulo Saraiva, isto é apenas aqui uma questão de gestão orçamental mas, essa verba será reposta até ao final do ano. Podem... podemos assumir esse compromisso.”*

E portanto eu pergunto, quando é que haverá essa reposição e o que é que é que foi executado em termos daquilo que era a previsão? Porque os senhores, mas olhe, ainda bem...por isso que estou a pedir o esclarecimento.

É que os senhores estão a prever para o próximo ano e foi aqui referido um número, e um de um determinado valor e não interessa... quer dizer, faz uma parangona de jornal da...mas quer dizer, mas o que interessa é a execução e aquilo que é saber qual é que é o empenho deste município ao nível do plano de drenagem. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Peço desculpa, não tinha dado conta. Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Castro (?): - Muito obrigado Sr. Presidente.

Bom, antes de mais uma pequena nota daquilo que fui ouvindo deste debate, algo curioso, em que se fala muito de história, e se esquece que muitas das vezes a história não são os fatos, mas a interpretação que deles temos, e que, portanto é natural que as visões destes vários historiadores não batam muito certo umas com as outras.

Depois confesso que fiquei algo assustado com as afirmações do Vereador Gonçalves Pereira, temi que ele fosse pedir que o debate passasse para depois da meia-noite...

O Sr. Presidente: - Senhor Vereador Gonçalves Pereira, um pouco de atenção...Sr. Vereador Carlos Moura, peço-lhe só...

(Intervenção imperceptível dora do microfone)

O Sr. Presidente: - Senhor Vereador Gonçalves Pereira pode só dedicar um pouco de atenção ao debate? Está a ser interpelado diretamente, pois, está bem, então nós aguardaremos 10 segundos, está bem, está bem...

O Sr. Vereador Carlos Castro (Cont.): - ...enfim, temi que o Sr. Vereador fosse pedir que o debate deste Orçamento passasse para depois da meia-noite e com bolinha, devido à pornografia dos números, enfim, são coisas que acontecem. Mas, de facto, embora não os considerando pornográficos, confesso, até acho que do ponto de vista técnico estão bem organizados. Há aqui coisas que convinha, enfim, esclarecer até porque ao ler as grandes orientações do plano, e ao chegar aqui às, a este, enfim, a esta indicação desta divisão dos projetos pelos vários eixos e ao comparar depois com o Orçamento. Não consegui exatamente entender onde é que isto estava tudo encaixado, dá-me a sensação que entre as orientações, e o Orçamento, existe uma agregação diferente dos projetos e dos números, e que não permitem um total esclarecimento sobre a exatidão dos mesmos.

Para além disso, Sr. Presidente, há uma coisa que a nós nos continua chocando e muito, que é a questão da devolução do IRS. Nós continuamos a perceber, que aqui há lugar a uma devolução, mas que aqueles que menos rendimentos têm, por força da Lei nem recebem nada e aqueles que recebem são aqueles que, de fato, já mais possuem, mais podem contribuir. O que nos parece a nós profundamente chocante, tendo em conta precisamente as questões que deveriam ser de uma coesão social, e de um compromisso social dos cidadãos para o desenvolvimento da nossa cidade que nos parece aqui profundamente quebrado.

Depois há uma questão que nós nunca vimos esclarecida e que mais uma vez insistimos nela, que é a questão das taxas dos direitos de passagem. Nós, é que nunca conseguimos perceber o que é que, de fato, estas empresas arrecadam com os direitos de passagem e se, de fato, aquilo que transferem para a Câmara é aquilo que arrecadam com estes direitos de passagem. Porque esta questão de fazer rebater as taxas de direitos de passagem que deviam ser sobre as empresas, mas que recaem sobre os contribuintes, é algo que a nós sempre nos pareceu profundamente errado.

Além disso ao ler estas opções estratégicas do Orçamento, deparamos aqui com uma opção que é a número 5, continuar a valorização da participação daqueles que nos visitam, e são concidadãos. E esta é particularmente interessante quando nós depois procuramos o que é a questão, esta questão da concidadania, e verificamos autonomização e consolidação do fundo de

desenvolvimento turístico, e do financiamento da Proteção Civil Municipal constituem 2 mecanismos fundamentais da monitorização e aplicação das receitas associadas a estas duas áreas.

E eu fico com uma dúvida: estamos aqui a falar de cocidadãos e de co cidadania através do pagamento de taxas? É que isto parece-me mais com contribuição, e com contribuintes do que com cocidadãos para os efeitos que são previstos. Aliás, porque o Fundo de Desenvolvimento Turístico, que, inclusivamente foi avançado com, aliás, a taxa turística que foi avançada com o argumento de que enfim, os turistas utilizam a nossa cidade, utilizam os equipamentos, desgastam os equipamentos. E, portanto, é necessário algo que os faça contribuir também para a conservação destes mesmos equipamentos. Acabem de parar num Fundo de Desenvolvimento Turístico que, enfim, não tem exatamente os fins de manutenção e reparação de equipamentos utilizados pelos turistas na nossa cidade. A menos que se considere que é a criação de Museus é ligada ao turismo e que é um equipamento essencialmente turístico, o que eu tenho muitas dúvidas, porque sempre pensei que museus eram equipamentos essencialmente culturais para o desenvolvimento cultural da nossa população. Mas isso são considerações à parte.

E, portanto, Sr. Presidente, nós, preocupa-nos muito um documento que são linhas marcantes do Orçamento e Plano; que são linhas estratégicas do Orçamento e Plano; que não têm nada sobre a Feira Popular, então, aí são totalmente omissas, e eu confesso que quando li o documento pensei, “bom isto não está nas opções do Plano, não é uma opção do Plano, não será orçamentada mas depois no Orçamento está”. E, portanto, gostaríamos também de saber como é que se permite um documento de orientação política que depois enfim, teria o seu respaldo em termos financeiros no Orçamento. Não contemple aquelas que são apresentadas como grandes bandeiras por esta Maioria para a cidade de Lisboa. E aquilo que eu aconselhava, era, de fato, que houvesse algum cuidado, maior na concretização destas opções políticas, nomeadamente para que elas espelhassem o que, de facto, vem no Orçamento, pondo claramente em causa depois estas questões que dizem respeito às questões de IRS e as questões de direitos de passagem, que teriam que, do nosso ponto de vista, ser, ter uma visão muito mais crítica por parte desta Maioria, e uma posição muito mais esclarecedora em relação à questão dos direitos de passagem, e como, de facto, estas questões se vão processando. Porque de há muitos anos a esta parte, já não deste Mandato, mas até de Mandatos anteriores aquilo que verificamos é que quando

perguntamos o que é que é arrecadado com estes direitos de passagem, de facto, pelas empresas, ninguém sabe. Ninguém sabe dizer o que é, sabe-se aquilo que é declarado e aquilo que eventualmente é entregue à Câmara Municipal, mas, do resto, nada se sabe. Com a injustiça particular de recair sobre os consumidores, e com o IRS com a injustiça particular de só aqueles que mais rendimentos têm acabarem por ser, de facto, beneficiados com esta política devolução.

Obrigado.

O Sr. Presidente: - Senhor Vereador Gonçalves Pereira.

O Vereador João Gonçalves Pereira: - Muito obrigado Sr. Presidente.

Eu tinha aqui uma nota, e depois acabei por não referir.

Estando esta perspetiva e esta previsão de receita de tantos milhões. Eu entendo que uma das medidas que, e era uma medida positiva, era um sinal que era dado neste Orçamento e que seria seguramente positiva, era eliminarmos, de uma vez por todas, a taxa da Proteção Civil. A taxa de Proteção Civil. Quer dizer, ainda por cima uma taxa que incide precisamente sobre aqueles que já pagam IMI. E portanto, nesse sentido e, quando me pergunta isto não tem, quando relativamente às taxas, ou à taxa, ou ao valor que é aplicado, é verdade que não há alteração nenhuma, mas a naquilo que é a previsão da receita, há um aumento de 2014 para 2017, como eu referi, em taxas, taxinhas, e impostos que é um valor muito significativo. E, portanto, nesse sentido, é que a Câmara devia tomar a iniciativa de dizer, “tendo em conta a previsão de receita que temos tão grande, que nós vamos eliminar aqui uma taxa, como seja, a taxa de Proteção Civil e outras taxas que pode reduzir os valores que têm previstos.”

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Senhora Vereadora Teresa Leal Coelho.

A Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho: - Muito obrigada Sr. Presidente.

Para dizer que os Vereadores do PSD acompanham esta apreciação que foi feita pelo Vereador João Gonçalves Pereira. Efetivamente há aqui uma previsão de aumento de receitas que me parece extraordinariamente ambiciosa e, sobretudo tendo em conta os níveis de crescimento que estão projetados para o ano 2017, e que, e aqueles que estão a ser concretizados no ano 2016. E portanto, aparece muito ambicioso esta estimativa de arrecadação de

receitas. Mas uma vez que essa é a premissa que é apresentada pelo Sr. Presidente no âmbito desta proposta. Concordo e subscrevo esta injunção que foi lançada pelo Vereador João Gonçalves Pereira relativamente à taxa de proteção civil, até porque nós nos opomos desde o 1º momento a essa taxa. E gostaria de ter uma perceção mais fundamentada das razões do cenário, direi do cenário macroeconómico de Lisboa, que leva à consideração de que estas receitas estimadas têm algum encontro com a realidade por um lado, e por outro lado, não só a questão da taxa de proteção civil, mas considerando que este incremento das receitas estimado se irá concretizar, e na medida em que há um conjunto de outros financiamentos que também serão votados no âmbito desta reunião. O que eu pergunto é, estas bolsas que são criadas com receitas, com as receitas estimadas desta forma tão de otimista, estão em termos de projeção e no âmbito do plano de atividades, ponderada para que orientação estratégica para a cidade de Lisboa?

Obrigada.

O Sr. Presidente: - Obrigado Sr.^a Vereadora. Para o conjunto de respostas num registo mais pedidos de intervenção.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva, para as primeiras respostas.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Muito bem!

Então, muito obrigado pelas questões que foram colocando.

Uma primeira abordagem sobre que depois está conexa com outras questões que foram colocadas sobre o IMT.

Os impostos, as nossas previsões impostos, a lei obriga-nos a não inscrever mais do que a média de um determinado período. E portanto as estimativas, o máximo da estimativa que nós conseguiremos em orçamento e nós, em diversos impostos, nomeadamente do IMT que é que cresce aqui mais, não utilizámos o limite superior dessa estimativa, viemos abaixo desse limite e superior. Mas grande parte deste crescimento decorre dessa impossibilidade durante algum tempo de ir atualizando em valores reais, pela obrigação de respeitar essa tal medida, dos últimos anos do de cada um dos impostos. E no caso do IMT esta projeção que aqui está é uma projeção defensiva. Ou seja se nós, o valor da média a que nós estamos obrigados a respeitar como limite máximo, se inscrevêssemos todo, a receita ia subir mais do que esta. Portanto, nós estamos aqui a ser prudentes sobre a estimativa de receita do IMT.

A outra, já agora também para responder ao Vereador João Gonçalves Pereira. As outras estimativas de impostos ou de taxas que crescem, têm a ver com

duas naturezas: taxas urbanísticas é, digamos, uma estimativa que decorre daquilo que tem que sido o volume de entrada de novos processos urbanísticos no município e, portanto, é uma estimativa também ela prudente, mas que reflete esse mesmo aumento. Aliás, conhecida a dinâmica do setor imobiliário da cidade de Lisboa, está alinhada, digamos, com essa que essa dinâmica. E a outra tem a ver com uma velha reivindicação, aliás, não tão frequente quanto os brasões, mas quase. Que é a reivindicação “ponham a funcionar os radares”; ora cá estão eles, estão a funcionar, geram receita em multas e penalidades. E, portanto, é uma velha reivindicação numa forma geral de toda a Câmara, de forma muito acentuada do próprio CDS, como refiro, não tanto quanto os brasões, mas ainda assim muitas vezes, Vossa Excelência veio a esta Câmara nas várias sessões dizer, “os radares não estão a funcionar digam-nos quando é que estão a funcionar”, o próprio Vereador Prôa também dizia, “pois cá estão eles olhe, geram um bocadinho mais receita”, decorre da vida normal e do funcionamento normal daquilo que é um mecanismo dissuasor do excesso de velocidade, que tão graves reflexos tem na vida das pessoas, nomeadamente quando há acidentes na cidade.

Agora tentando ir aqui algumas a questões mais particulares que foram levantadas pelos diferentes Vereadores, e peço desculpa não vou ser exaustivo, mas depois poderei voltar a essas mesmas questões. Quanto à forma de construir o documento, Vereador Manuel Figueiredo, evidentemente que o documento tem aqui uma lógica construção, é a nossa, tem sido, como disse, replicada. As Grandes Opções do Plano parece-nos a nós que não devem variar. As variações, digamos mais expressivas, devem estar refletidas no tal sumário enquadrador de cada um dos planos de atividades de cada ano. Obviamente que devem ser eliminadas contradições e alguma questão que pode não estar completamente assustada mas, de uma forma geral, o princípio é esse. Há um conjunto de grandes Opções do Plano definidas por um período temporal, e essas Grandes Opções do Plano mantêm-se, que essas foram as Grandes Opções do Plano sufragadas pela cidade nos processos eleitorais e, portanto, convém que elas sejam estáveis e que reflitam aquilo que foi o programa do Governo submetido aos munícipes. Obviamente, poderemos sempre corrigir, podemos sempre corrigir, ajustar mas não nos parece que devamos fazer alterações profundas, sob pena de não estarmos refletir devidamente aquilo que foi o programa sufragado.

Quanto à Feira Popular, mea culpa. Admito que dada a importância do projeto que deveria estar destacado, mas ele tem no orçamento cerca de 4,8 milhões de euros e inscritos em rubricas que não têm, digamos, a designação

específica “Feira Popular”, mas que vêm dar corpo à evolução dos trabalhos que, aliás, vão ter já alguma evolução este ano, mas têm também compromissos para o próximo ano e, portanto, têm reflexo orçamental no próximo ano.

Quanto à Carris, o que nós quisemos dar. Isso está inscrito em orçamento nos vários documentos. Quisemos dar um sinal claro que nos estávamos a preparar -, ainda não estando definidos os contornos dessa mesma passagem da gestão -, quisemos dar um sinal claro que nos estávamos a preparar para esse impacto, fazendo uma criação duma rubrica. Que é o fundo de mobilidade urbana da cidade de Lisboa, que alimentado por receitas do estacionamento e, portanto, aquilo que normalmente se costuma por designar pelo “Feed da EMEL”, que é devido à câmara todos os anos pela gestão do estacionamento na cidade. Juntando a isso uma pequena percentagem do imposto Único de Circulação e das receitas das multas e, portanto, isso mesmo alimentar essa mesma esse mesmo fundo, que nos permitirá depois acomodar a EMEL, desculpem a Carris. Portanto, isso tem reflexo orçamental, não sendo eu, como é evidente completamente preciso porque isso carece de uma maior definição que a seu tempo será feito.

Eu estranhei, confesso com toda a simpatia, que não fosse destacado o grande investimento na habitação municipal por parte do PCP. Eu admito que pode haver um conjunto de coisas processuais e até de matéria, de facto, que nos que nos dividam mas essa certamente, não nos divide, e essa certamente corresponde àquilo que é, e eu até diria que transcende as expectativas que o PSD teria para este orçamento. Porque, de facto, é um crescimento espantoso de concretização, esmagadora maioria como, aliás, o Sr. Presidente da Gebalis vai poder afirmar e vai poder demonstrar, dos processos estão em curso os compromissos estão assumidos e, portanto, um grande impacto em toda a habitação municipal de um conjunto de obras de reabilitação e de nova construção que todos ansiávamos há alguns anos, e que agora é possível concretizar. Portanto, admito que, sugeria que assinalassem um ou outro ponto positivo só para do fundo, de dar-nos uma visão real daquilo que é o orçamento.

Quanto àquilo que o Vereador João Gonçalves Pereira disse sobre anteriores questões históricas. Eu admito que não sou um profundo conhecedor, não é propriamente a minha área de especialidade, a história. Mas confesso-lhe que com a sua ajuda, - não, não, a Troika é mais recente – Eu tomo Memofante e tenho memória bastante, está fresquinha. Admito que não sendo conhecedor, não tendo passado por tantas, por tantas, digamos, não tendo passado por

todos esses momentos mas, digamos, que depois há alguém sempre que nos ajuda. Ainda agora o Manuel Salgado nos ajudou a perceber uma coisa que é evidente e que vossas excelências têm uma certa diferença, uma certa dificuldade em assimilar e trazer para o debate. É que, de facto, na cidade de Lisboa em 2007 pagava-se 300 a tal dias e, devia-se 500 e tal milhões de euros que é quase o orçamento, aos fornecedores a 31 de Dezembro. E quem é que estava a gerir o município? A avantesma da altura, não é? Quem estava a gerir o município era a avantesma da altura. Mas eu podia-vos dizer até que os Senhores conseguiram “a avantesma da altura, a avantesma”, conhece? Há geringonça e há a avantesma. Não está familiarizado com isto? Isto é recente, caramba! Não é preciso recorrer a grande canal história para saber isto, isto é coisa recente. Há uma coisa que é a avantesma, e a avantesma de vez em quando esconde-se e depois aparece outra vez, como hoje aqui com a taxa municipal de proteção civil. Mas que mas isto terá sua dinâmica, eu percebo que isto tem a dinâmica normal da vida política.

Mas também lhe quero reafirmar que os Senhores conseguiram essa proeza, desse endividamento de todas essas dívidas, a fornecedores de pagar 300 e tal dias e ainda assim, apesar de conseguirem fazer no vosso período aquele negócio ruinoso que o tribunal veio a ... deixe-me só terminar que vai perceber onde é que eu quero chegar. O negócio ruinoso que vossas excelências fizeram e que os tribunais vieram a anular e que, - deixe-me explicar-lhe. Mas, nessa altura, entraram por via desse negócios, coisa que os senhores conseguiram desbaratar e acumular em cima dos tais 500 e tal milhões de euros, já tinham conseguir desbaratar 60 e poucos milhões que tinha sido o dinheiro que tinha resultado do negócio, a injeção de receita do negócio. Portanto, vocês conseguiram destruir basicamente, 60 milhões e acumular 500 e tal milhões de dívidas a fornecedores, já para não falar noutras.

E, portanto, eu diria que nós com toda a paciência, temos vindo a ouvi-los. Sabe que, ó Senhor Vereador já que o Senhor vem várias vezes aqui para cima da mesa com a questão da história, há uma coisa sobre a história que eu já aprendi há muito tempo nos meus 49 anos, parecem mais é certo dado ter que ... mas dos meus 49 anos que é: só tem futuro, aliás, parafraseando Mia Couto, “só tem futuro quem fala verdade para o presente e para o passado”. E os Senhores têm que aprender isso. É que, enquanto os Senhores não falarem verdade para o presente e para o passado sobre esta matéria, não terão futuro nesta cidade nem em lado nenhum. É que, de facto, é preciso falar com verdade sobre esta matéria, e não se pode mentir aos lisboetas a dizer, por exemplo que os impostos estão a aumentar, porque isso induz os lisboetas

num erro, a receita dos impostos está a aumentar com certeza, mas isso tem a ver com a dinâmica da cidade.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva (cont.): - Deixe-me terminar, ouça-me com tranquilidade, vai perceber que isto dói, isto dói, o que eu estou a dizer dói, eu sei que dói” Mas não vale a pena tentar interromper e quebrar o meu raciocínio, deixe-me só dizer-lhe que, a receita não decorre, o aumento da receita não decorre ... quer ouvir, eu sei que não quer ouvir porque já disse qual é o seu sentido de voto e, portanto, para vocês a decisão está tomada.

O Sr. Presidente: - Oh Sr. Vereador João Gonçalves Pereira deixe ouvir agora.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva (cont.): - ... fazer aqui um momento de diversão. Mas eu venho reafirmar que, uma coisa sobre os impostos que Vossa Excelência certamente sabe, porque é uma pessoa experimentada politicamente na gestão da coisa pública e privada. Quer dizer, quando se trata de impostos e taxas de juro define-se uma taxa. Que as nossas são as mais baixas da Área Metropolitana de Lisboa. Coisas que os Senhores tentam baixar aqui mas não conseguem nos municípios liderados por vós, porque é só olhar para a comparação com Cascais e Mafra, por exemplo, onde nossas forças têm responsabilidade e vêm aqui batalhar. Eh pá, que comecem por trabalhar em casa, lá vão conseguir baixar tudo, certamente. Aqui é que nós não vamos fazer o nosso jogo, porque esse jogo poderia pôr em causa a sustentabilidade do município e é entre outras coisas, e nós não vamos entrar nesse jogo. Para os Senhores era só baixar impostos em todas as áreas, nós não estamos mais baixo, dificilmente os conseguiríamos baixar mais, as nossas são as mais baixas da Área Metropolitana de Lisboa, coisas que os senhores tentam baixar aqui, mas não conseguem nos municípios das vossas, liderado por vós. Porque é só olhar para a comparação com Cascais e Mafra, por exemplo, onde Vossas Exas. têm responsabilidade e, vêm aqui batalhar, é pá comecem por trabalhar em casa, lá vão conseguir baixar tudo certamente, aqui é que nós não vamos fazer o vosso jogo, porque esse jogo poderia pôr em causa a sustentabilidade do município e é, entre outras coisas, e nós não vamos entrar nesse jogo. Para os senhores era só baixar impostos em todas as áreas, nós já os temos mais baixos, dificilmente os conseguiríamos baixar mais, quisemos individualizar a

taxa municipal de proteção civil, porque isso é algo que faz parte da nossa política fiscal e tributária, mesmo assim, temos a melhor política fiscal da Área Metropolitana de Lisboa e no entanto, precisamos de vos dizer que a taxa não cobre toda a área que é uma área muito importante que a cidade, que a cidade não presta só...

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva (cont.): - Mesmo somada, mesmo semana. E só consultar é muito fácil, está tudo escrito e, para além disso, deixe-me dizer-lhe que o Regimento Sapadores Bombeiros e a nossa área de proteção civil serve muito mais que a cidade, que é uma coisa interessante aqui e as receitas são todas a cidade que as gera e portanto, convém que individualizemos, até para fazer aqui um caminho de responsabilização sobre esta matéria, porque quando se trata de fogos na Madeira também são os nossos Regimento Sapadores que lá vão, está a ver?

É que a questão é muito importante individualizá-la para, no seu momento próprio podermos exigir o que é que a nossa componente de Regimento de Sapadores de Bombeiros que não é diretamente a resultante nossa gestão da cidade, também a possamos imputar a outros que usufruem da qualidade dos nossos serviços de proteção civil. Mas eu, deixe-me dizer-lhe que, respondendo a tudo aquilo que, me foi dizendo, que já quase respondi, o radar já lhe respondi.

O plano de drenagem, bem é com todo o gosto que eu lhe digo que, de facto, há aí uma dificuldade de leitura, mas nós estamos completamente disponíveis para lhes mostrar como é que se leem alguns mapas, algumas coisas eu porque eu prometo, eu sei que devem ser confusas, mas para mim, às vezes também são, admitindo isso completamente, mas se perguntarem antes escusam dizer coisas que não são verdade. E portanto ...

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva (cont.): - Não, não porque estava a perguntar não, mas é que não estava a perguntar. Mas está bem, estava a perguntar, concedo aí. Muito bem.

É que a componente plano de drenagem tem, ou melhor, o projeto plano de drenagem tem várias entradas no orçamento e, para além da entrada, túneis e

coletores tem uma entrada que é a conservação de esgotos, que faz parte do plano de drenagem, facto...

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva (cont.): - Mas eu vou-lhe já responder, eu vou-lhe já responder. Portanto, aqui é uma questão de onde é que se classificou, onde é que se classificaram algumas das coisas? E é verdade que havia 4.5 e neste momento, estão 1.5 de compromissos nessa área.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva (cont.): - Até aí estamos de acordo, mas não pode é, os trabalhos estão a decorrer. Este 1.5 têm a ver,

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva (cont.): - Espere, espere mas tenha calma, deixe-me explicar até ao fim.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva (cont.): - Não, mas é que estão a ouvir, mas tem que ouvir tudo, que é para não trunçar, depois quando trunca diz coisas que não são verdade, está a ver? E isso é feio é desagradável e essencialmente dá informação errada aos munícipes que é uma coisa que nós não podemos fazer, ou não devemos pelo menos. E portanto, os 4.5 que estavam lá, em tuneis e coletores e houve aqui uma parte destes 4.5 que, aliás, que foram muito mais do que 4.5, porque foram 6,6 milhões de euros que vieram reforçar os 2 que já lá estavam; em conservação de esgotos. E estas intervenções e, não estão aqui, não estão aqui 2 bacias que estão noutro lado, há bacias que entram na área dos Verdes que o Zé, que o Zé Sá Fernandes é o protagonista do ponto de vista dos Vereadores é digamos, as áreas que ele tutela que realizam, que ainda crescem aqui. Mas eu não quis dar aqui, não valia a pena andar à procura do número todo, mas estavam previstas para o plano de drenagem, 6,5 milhões no início do ano. E neste momento, estão comprometidos, não é previstos porque ainda vai acrescentar a isto, mais de 10 milhões de euros, ou seja, 10.1. E portanto, vossa Excelência vai-me

desculpar mas, estamos a executar, estamos a preparar os concursos, estamos a preparar os concursos e, aquilo que vai ter aqui o grande impacto do ponto de vista, e aí vamos passar para aquela ordem de grandeza dos 18 milhões que eu falei há pouco, é o concurso dos túneis que esse sim têm aqui um peso considerável e esse vai impactar nas contas do próximo ano, 17 que é este que estamos aqui agora a discutir. Mas espero que tenha ficado esclarecido sobre a questão do plano de drenagem.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Ó Sr. Vereador, vamos lá ver uma coisa. Eu percebo a sua habilidade com os números.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira (cont.): - Não, fui interrompido na minha intervenção para fazerem perguntas e fazerem comentários. Em relação a esta questão específica do plano de drenagem...

O Sr. Presidente: - Eram para o ajudar no seu argumento.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira (cont.): - Não, mas é que o Sr. Presidente acabou de ser desautorizado e eu isso eu não gosto de ver um Presidente desautorizado. E sabe Porquê?

O Sr. Presidente: - Ó Sr. Vereador, peço desculpa, olhe, eu não lhe dei a palavra, sabe porquê? Há mais Vereadores inscritos antes. Deixe-me só respeitar.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Então que seja sempre o mesmo registo

O Sr. Presidente: - Está bem. Não é do á parte pois não? O Sr. Vereador já acabou não já?

Muito bem. Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Então fica, fica dado como acabado, fica como acabado. Não faz mal.

Então se o Sr. Vereador quiser acabar, por mim não há problema. O Sr. Vereador fez-nos aqui uma, enfim, uma observação sobre o investimento nos

bairros municipais e na habitação municipal que não pode deixar de ter uma observação da parte dos Vereadores do PCP. Olhe, a primeira coisa que lhe digo, é que, obviamente, quando se analisa um documento como orçamento, nem tudo é mau, mas também nem tudo é bom. Depois para tecer loas ao próprio orçamento está cá o Sr. Vereador que o faz melhor do que nós. Terceiramente, Sr. Vereador...

O Sr. Presidente: - Quer dizer, mas se for complementado e ajudado, pode sair melhor ainda.

O Sr. Vereador Carlos Moura (cont.): - Seria muito difícil e agora vou-lhe dizer porquê, porque terceiramente se há um investimento nos bairros municipais é porque, durante muitos anos, não houve nada e foi-se degradando o património edificado do município, em termos de bairros municipais. E foi-se criando dificuldades imensas, à vida de quem lá vive. E nós, fartamente dissemos isso ao longo de anos nesta Câmara Municipal e portanto, se há hoje um investimento, olhe digo-lhe já, não faz mais que a sua obrigação. E portanto, para a obrigação, nós não precisamos de ser loas, precisamos observá-la ano tal a tomar a devida conta, para que na devida conta também possamos dizer aquilo que foi feito ou não, daquele investimento que estava aqui previsto.

O Sr. Presidente: - A senhora Vereadora Teresa Leal Coelho.

A Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho: - Obviamente para estrar neste debate na especialidade do orçamento em qualquer questão, mas que para deixar aqui para que se faça o registo de um protesto relativamente à expressão que foi utilizada pelo Vereador do PS, para qualificar tanto quanto eu percebi o anterior Governo. O anterior Governo não só garantiu condições para que esta Câmara tivesse hoje uma situação financeira mais saudável quando promoveu a transferência de cerca de 450 milhões de euros para resolver problemas relacionados, estamos a falar dos terrenos do aeroporto não é? Mas foi com certeza, um contributo...

O Sr. Presidente: - Só um parenteses.

A Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho (cont.): que tirou o país da bancarrota de uma bancarrota em que o PS tinha colocado o país. Foi um governo que

ganhou as eleições no concelho de Lisboa, portanto, é preciso que um Vereador da Câmara Municipal de Lisboa tenha respeito pela vontade do eleitorado que votou em Lisboa no anterior Governo assim como no país, porque, como se sabe a PAF ganhou as eleições e, portanto, é absolutamente, indecoroso para não utilizar esta expressão, que seja utilizada uma qualificação relativamente a um Governo que cumpriu a sua missão, que chegou a bom porto com aquilo que eram os objetivos, tendo um ponto de partida que era um ponto de partida absolutamente dramático em Portugal e em Lisboa. E, não posso deixar também de dar aqui nota de que, muito daquelas que são as receitas que hoje a cidade de Lisboa pode angariar, pode recolher, resultam precisamente de um modelo de desenvolvimento que foi aplicado ao país e também à cidade de Lisboa e que está efetivamente a ser destruído por este Orçamento de Estado. E está a ser destruído por este Orçamento de Estado não por este orçamento municipal, mas por este Orçamento de Estado, precisamente, porque há um conjunto de medidas que estão a ser introduzidas que vão contra o modelo de desenvolvimento, que sempre foi concertado aqui nesta Câmara Municipal de Lisboa, como por exemplo, o imposto sobre o património, como por exemplo, o aumento dos impostos indiretos que vão afetar a competitividade da cidade de Lisboa com outras Cidades Europeias e, portanto, é bom que haja a decoro, no mínimo quando nos quando nos referimos aqui nesta Câmara, a quem ganhou as eleições em Lisboa, a quem ganhou as eleições no País, porque o respeito pelo Portugal à Frente, é o respeito pelos cidadãos eleitores que manifestaram a sua posição nas urnas, e é também o respeito por quem conseguiu colocar o País em condições, em que se podem pagar salários e pensões. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr.^a Vereadora. Sr. Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente ao Plano de Drenagem, e a minha intervenção ia nesse sentido, é que percebi da intervenção, mas posso ter percebido mal, e por isso, do Vereador João Paulo Saraiva, que há uma desautorização do Sr. Presidente, e desautorização passa por isto.

É que havia uma rubrica que tinham os tais 4.5 milhões de euros, que foram retirados 3 milhões, e havia um compromisso do senhor Presidente que essa rubrica, aquela especificamente, ia ser repostos o valor dos tais 3 milhões. E isso pelos vistos não aconteceu, com a justificação, eu sei que o Sr. Vereador é

bom nas contas e na engenharia das contas, já percebi, percebi a sua narrativa, percebi narrativa.

Agora o que é certo, é que havia um compromisso político assumido pelo Presidente da Câmara que que essa verba iria ser reposta. E eu perguntei uma coisa tão simples, fui factual, perguntei, estamos em Novembro, esse compromisso foi, se não me engano, em Abril ou Maio, agora não consigo determinar exatamente a reunião de Câmara, na sequência de uma pergunta do Vereador António Proa e do Vereador João Gonçalves Pereira, portanto fui factual, agora percebi que há claramente uma desautorização, pelo menos foi aquilo que permite a sua intervenção. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Srs. Vereadores, também quero intervir aqui neste debate, sobre a meia dúzia de questões que foram colocadas e que são as seguintes.

Em 1º lugar, frisar e saudar o reconhecimento feito pelo PCP e pelo CDS, relativamente à solidez da situação económica da Câmara de Lisboa, acho que isso é hoje um dado importante, muito importante para a Cidade, para o seu futuro e acho que é uma conquista importante.

Diz o Sr. Vereador, que todos nós recebemos e deixamos heranças, é integralmente verdade, o que nós hoje já poderemos dizer, é que o final deste Mandato deixa a nível de herança, uma situação sempre melhor do que aquela que encontrou, quer no Mandato anterior, quer dos Mandatos anteriores e sucessivamente, desde 2007. As Contas de 2015, aliás, demonstram as melhores Contas da década.

Oh Sr. Vereador, certo, eu percebo, nós estamos a fazer o debate das Contas da Câmara Municipal de Lisboa, eu terei, Sr. Vereador, eu gosto muito de debater a Política do País, não há também discussão da Política da Cidade totalmente desligada da Política do País, mas eu estou a discutir o orçamento da Câmara Municipal de Lisboa.

Posso depois ir discutir os Orçamentos de Estados passado, até semanalmente tenho essa oportunidade, podemos fazer isso e, mas com franqueza, Sr. Vereador, há um facto, que é, do debate político da Cidade, que é as contas da Câmara de Lisboa passaram de 2007 a 2015, de uma situação completamente no vermelho, para uma situação sólida e uma situação confortável.

Segundo aspeto. No meio deste processo, a Câmara de Lisboa tem conseguido resolver um conjunto de dívida e um conjunto de contingências que pesavam sobre as suas Contas, verdadeiramente notável. E eu friso, não de

forma exaustiva, mas com algum carácter de sistematicidade, contingências pesadas que se encontravam nas Contas, na Dívida ou no Passivo total da Câmara, que foram resolvidas nestes anos.

O diferendo com o Sporting, Sr. Vereador, João Gonçalves Pereira, só para não ser exaustivo, o diferendo com o Sporting relativamente ao Protocolo da edificabilidade, e que foi resolvido nestes últimos Mandatos; a situação da resolução dos créditos do Dexia, do BNG, da EPUL de 45 milhões de euros, que resultaram, aliás responsáveis pela situação de encerramento da EPUL; o acordo no Vale de Santo António, no valor de 45 milhões de euros, resultante também de uma situação da EPUL; o acordo relativamente ao Colombo, incorporando quer a parte relativamente às infraestruturas do Colombo de acesso ao Estádio da Luz, mas muito em particular, o diferendo relativamente à construção, ou melhor, à não construção, à não permissão de utilização pela, Sr. Vereador deixe-me pedir-lhe só um pouco de atenção, à não permissão de exercício do direito de construção atribuído pelo Município de Lisboa na Torre do Colombo e ao pagamento dos 101 milhões à Braga Parques.

Foram um conjunto de importantíssimas conquistas do município de resolver vários Processos pendentes para trás, e que isto foi possível por uma gestão rigorosa, cautelosa, prudente. Que teve o contributo, do ponto de vista do valor da Dívida relativamente à alienação dos terrenos do aeroporto, que o valor total, aliás, dessa operação, líquido, não é, é diferente o valor que a Vereadora Teresa Leal Coelho colocou, não são 450, são cerca de 245 milhões, líquido, entre aquilo que é recebido, não, foram 245 milhões líquido, entre aquilo que o município recebeu, pagou e teve que suportar de dívidas que tinha com a Parque Expo na gestão de parte da Área Pública, o valor resultado é esse, podem precisar aliás, o número, creio eu, são 245 milhões o valor líquido.

Que teve um contributo para este Processo, mas que neste momento é parte menor de todo este Processo. Porque o Município já reduziu o seu Passivo, Sr. Vereador, porque o município já resolveu o seu Passivo em mais de 600 milhões de euros, nós já passámos o segundo aeroporto e já vamos a caminho de uma redução da Dívida de terceiro aeroporto. Isto de Passivo total. Dívida e contingências que impedem sobre o Município. E por isso, a História do Aeroporto tem limite do ponto de vista da sua capacidade, porque o que aconteceu de redução de Passivo e de Dívida ao longo destes anos é muito superior a isso.

Segunda questão, que leva diretamente a 2 questões levantadas pelos Srs. Vereadores, que são as seguintes: O Vereador João Gonçalves Pereira deveria distinguir 2 matérias que são claramente diferentes, uma coisa, que é o

aumento da Carga Fiscal; e outra, que é o aumento da Receita, e particularmente no aumento da Receita, distinguir 2 aspetos.

O aumento da Receita, Sr. Vereador, sim, mas vamos lá fazer as coisas com rigor, que é para não ser depois acusado de fazer as coisas assim como se fosse, assim um, Sr. Vereador, deixe-me só, deixe-me expor o meu ponto, ele, como é que lhe chamava o sugadouro fiscal, o aspirador fiscal, para que depois não venham brincar consigo e até ridiculariza-lo por aquilo que diz, era bom que talvez distinguíssemos 3 aspetos.

O aumento da Receita, que decorre em 1º lugar das regras legais. O Sr. Vereador poderia ver com atenção isto, que é, os municípios estão limitados rubrica a rubrica a inscreverem a receita, não por aquilo que é a sua previsão realista ou até das medidas que tomam, da Receita que vão ter, mas estão limitados pela lei, aliás, aprovada no tempo do Governo anterior, a um valor médio dos últimos anos, dos últimos 3 anos.

Este foi o mecanismo feito para evitar que os Municípios inflacionassem os orçamentos do ponto de vista da Receita. Ora o que coloca em épocas de expansão a questão inversa, é que há em muitas Áreas suborçamentações de Receitas em anos, quando já se sabe que vai haver mais Receita, mas que legalmente não pode ser inscrita.

Ora o que aconteceu precisamente no ano passado, se o Sr. Vereador reparou, a Câmara de Lisboa passou com um Saldo de Gerência de 100 milhões de euros. Havemos de convir, que passar com um Saldo de Gerência de 100 milhões, num Orçamento de cerca de 600, eu podia ter feito aqui uma festa e ter dito grande Gestão, grande mérito. Estátua para o Presidente. Mas não. Tenho consciência. Não, não, quando passamos com os 100 milhões não o fiz. Tenho consciência que uma parte importante desses 100 milhões decorrem, explicam-se, por um obstáculo legal à inscrição da receita que havia antes. É por isso que este ano como a receita efetiva de IMT subiu, vai ser possível inscrever uma receita mais próxima da receita que o município vai ter. E por isso é que há aumento de receita inscrita.

Segundo aspeto, o Senhor Vereador das Finanças já explicou, prende-se com áreas que obviamente, decorrem de políticas apoiadas pelos municípios. Pelo município aliás, por todas as forças políticas. E estou certo aliás, que o Senhor Vereador não vai repetir aqui o número clássico de, *“sou pelos radares e agora sou contra as multas dos radares”*. Acho que não. É pelos radares e à receita dos radares.

Mas há depois um 3º aspeto que era importante frisar que é o seguinte: Sr. Vereador, quando 10 pessoas pagam 1€, a carga fiscal é de um para cada

pessoa. Se houver uma pessoa que pague 100€, e seja só uma pessoa, a carga fiscal é muito mais elevada. O que acontece felizmente hoje na cidade de Lisboa é que há um aumento da receita do município de Lisboa face realmente ao que acontecia há 3 anos atrás, ou há 4 anos atrás, fruto do dinamismo da atividade económica. Porque se o Vereador vir, fruto do dinamismo... sem penalização dos lisboetas e das famílias. E vou dizer-lhe...

(diálogos cruzados)

O Sr. Presidente:- Sr. Vereador... Oh Sr. Vereador, mas primeiro se ouvir antes de disparar... o que interessava... nós estamos numa reunião privada ainda por cima, não é precisar a fazer números para o *lead* do jornal.

Se nos ouvíssemos um pouco isto não se perdia, pronto. Antes de disparar ouça só o que lhe digo.

As receitas do município, se conhece bem a composição das receitas, ao nível do IMI são relativamente estáveis. Tiveram uma alteração com a base... com alargamento das fronteiras do município na reforma que colocou uma parte da Expo que estava fora dentro do município, não foram mais de 2 milhões e meio. É uma área de forte valorização patrimonial. Teve depois a ver com os fins da cláusula de salvaguarda que foram decididos foram decididos ser eliminados com o fim dessa cláusula de salvaguarda do aumento 75 euros, etc etc etc. Tem acima de tudo elementos de condicionantes externas, porque não é o município que legisla sobre o IMI, nós terminamos a taxa e ela está-se a manter no mínimo. Mas se repararmos tem tido uma evolução relativamente estável, não é ... não tem havido sobressalto e as mudanças que há não é da ação do município.

Segunda fonte que temos importante de receita, as 2 fontes a seguir que temos de fonte importante receita, são IMT e Derrama. O IMI é a principal. Principal estável, agora já não é a principal, mas é conjunturalmente, não é a principal. O IMI é por regra a principal receita. As 2 seguintes que são IMT e Derrama, não decorre no IMT dados do município... Ou melhor aliás, nos que depende aliás relativamente à política de reabilitação urbana o município faculta isenções relativamente ao IMT na reabilitação urbana, nas transações de reabilitação urbana. Mas são 2 impostos que dependem muito da atividade económica. E que por isso aumentam em função do dinamismo e do carácter para o ciclo da atividade económica. Tiveram em particular a Derrama uma fortíssima quebra no meio da crise com as empresas quando tiveram aqui prejuízos a banca, as telecomunicações, a eletricidade, etc... etc... etc. E com a recuperação dessa

atividade há uma recuperação desses níveis, mas o mais importante de todos é, sem dúvida, o IMT que é o imposto de transações.

Tudo o resto Sr. Vereador são... no caso das taxas que nós aplicamos, são a adequação de um quadro legal como o Senhor Vereador aqui muito bem explicou que os põem muito bem em comparação com todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa e até do país, não consegue encontrar aqui diferença.

E por isso o aumento da receita que existe no orçamento, não tem nenhum aumento do prejuízo para as pessoas, do encargo para as famílias da sobrecarga para as famílias, nenhum. Não resulta disso, resulta no fundamental Senhor Vereador, resulta no fundamental de 2 matérias, uma matéria que tem a ver com a questão contabilística, legal contabilística. Esta receita já cá tinha entrado uma parte importante dela no ano passado ou melhor este ano que estamos a registar. E a 2ª tem a ver com uma manutenção de um nível elevado de atividade económica, em particular no imobiliário que tem uma grande importância para o financiamento da cidade de Lisboa. E aliás, tive já oportunidade aqui de mais de uma vez, frisar e volto a frisa-lo, que bem, o Governo anterior corrigiu à última hora por intervenção direta do primeiro-ministro anterior, o que teria sido o maior fator de risco como muitas vezes aqui chamei a atenção enquanto Vereador das Finanças que impelia sobre a cidade que era a decisão completamente alucinada que estava na preparação, que era a eliminação do IMT.

Felizmente, infelizmente foi preciso chegar ao primeiro-ministro, felizmente o primeiro-ministro anterior percebeu e à 25ª hora, uma lei própria no Parlamento corrigiu a situação.

Ora, isto não traduziu nenhum aumento. Temos mais pessoas a comprar casa em Lisboa. Não significou mais encargos para cada pessoa que compra casa, porque nós não mexemos nem na taxa do IMT que não temos competência para mexer, nem ela foi mexida...fora. Temos mais receita da Derrama não corresponde a mais impostos sobre a atividade económica, porque as taxas não foram mexidas pelos Governos e o município manteve a política de isenção e vai manter, é a nossa proposta este ano para que haja uma isenção alargada para os negócios das pequenas e médias empresas.

E por isso, dizer que há um aumento com este orçamento por via da receita dos encargos aos municípios é pura e simplesmente mentira, é falso. É falso, é factualmente falso, não tem... é falso Sr. Vereador, é uma mentira para não adjetivar mais, porque não tem nenhuma adesão com nenhuma opção política que o município tome.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Presidente: - Sim Sr. Vereador aceito que o parêntesis...

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Oh Senhor Presidente, o parêntesis é este; o Sr. Presidente basta falar com qualquer lisboeta para perceber que recebeu e tem recebido as cartas a cobrar a taxa da proteção civil para perceber a indignação das pessoas. E portanto quando o senhor diz que as famílias não são prejudicadas nem que ninguém sente aqueles que vivem em Lisboa, isso desculpe não é verdade. Não é verdade o que o Sr. Presidente está a dizer.

Ouçá... e seguramente que as reclamações não vêm só junto do Vereador do CDS ou do Sr. Vereador João Gonçalves Pereira. Seguramente que o Senhor Presidente na sua família, junto do seu círculo de amigos, das muitas pessoas com que vai contactando, seguramente que as pessoas devem ter a coragem de lhe dizer a injustiça que é a indignação profunda que existe relativamente a esta taxa da proteção civil.

E portanto, aí não tem nada a ver, eu percebi e não... fez bem em repeti-lo aqui e é sempre bom ouvirmos as várias explicações que têm sido dadas e concordo com muitas daquelas que o Sr. Presidente aqui disse. Agora dizer que as famílias não são afetadas por medidas desta maioria e que tem tudo a ver com outros fatores económicos e de influência económica... quer dizer, acho que isso aí sinceramente não acho que seja correto.

O Sr. Presidente: - Muito bem. Sr. Vereador, por isso o Senhor Vereador centra o seu argumento do aspirador fiscal sobre a taxa da proteção civil, é isso.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Presidente (cont.): - Está bem, mas gostava só que ficasse claro Sr. Vereador, é que se insistir de que há neste orçamento e nesta política, um aumento da carga fiscal sobre...

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Presidente (cont.): - Oh Senhor Vereador não brinque com as palavras. Eu sei o que é que o Sr. Vereador faz, não sejamos aqui, desculpe lá... Olhe é assim, eu vou só dizer-lhe o seguinte, se o Sr. Vereador continuar a dizer que neste orçamento há um aumento da carga fiscal sobre o município de Lisboa, eu vou dizer que o senhor é um mentiroso.

Vou-lhe dizer isso. Assim com esses nomes porque não vale a pena estarmos a fugir, está bem. Vou só dizer-lhe assim; mentiroso pronto, não tem mais nada.

É o que diz... quem diz mentiras tem essa adjetivação, pronto.

Senhor Vereador... oh Senhor Vereador estou só.... Eu não gosto de atirar... antes que nos esclareçamos todos. É que eu já percebi que o Senhor Vereador não tem tempo às vezes para ler tudo com atenção. Percebi aliás que houve algumas coisas que lhe passaram ao lado do ponto de vista desta matéria.

E por isso é que é bom fazermos este debate. Estamos numa sessão privada. É a vantagem também de aproveitarmos as sessões privadas. É podermos falar sem estarmos a falar para... alguns a falarem para o *take* dos jornais e a linha dos jornais.

Por isso, o que queria dizer-lhe era o seguinte, que este orçamento tem esta característica, não há nenhum agravamento da situação fiscal sobre os municípios. Não há também um desagravamento, não há nenhuma proposta de desagravamento e não há nenhum desagravamento, porque estamos em alguns impostos já no fundamental no mínimo e na situação e mantemos a situação mais competitiva da Área Metropolitana de Lisboa.

Agora vamos à questão que a Vereadora Teresa Leal Coelho colocou, que é a questão mais importante, e encontrei aqui a taxa de proteção civil. Que é, como é que nós fundamentamos o equilíbrio macro da cidade e como é que nós estamos a pensar que isto se mantém e como é que está a ser gerido. E é por essa razão, aliás, que eu acho indesejável e acho que é imprudente pensar-se em diminuições estruturais de impostos como estão a propor, e taxas como a taxa de proteção civil. Porque se olharmos bem para a composição da nossa receita do que nos está a acontecer. Acho que uma gestão prudente só pode concluir que uma parte importante da nossa receita tem uma forte característica conjuntural. Eu não me esqueço quando ocupava a pasta das Finanças, quando estava no papel do Vereador João Paulo Saraiva, às angústias que tinha quando me via com as previsões de receita de IMT da Derrama à época. Não me esqueço disso. E por isso pensar em que vamos neste momento, em que uma parte da nossa receita resulta do IMT, resulta da derrama, pensarmos que vamos já para, como o Sr. Vereador imagina Era a

coisa mais simpática que eu poderia fazer, sendo último orçamento antes de eleições, poder apresentar que este orçamento ora aqui está o Presidente baixou os impostos. Vou devolver mais no IRS, vou devolver, não é nada para as obras, está enganado, já lhe vou explicar porque é que não é para as obras, já lhe vou explicar. Oh Sr. Vereador compara aliás, o valor das obras com esse valor. E além do mais, não seria nada ... já percebi, aliás, que o Sr. Vereador se tivesse responsabilidades que felizmente não tem, para a cidade, nem terá. O desastre que seria, que era voltarmos a 2007, que era voltarmos a 2007. Que é usar um momento conjuntural que as coisas nos correm bem e começarmos uma política no seu caso, aliás, de populismo de ceder que nós chegaremos rapidamente a uma situação com as contas no vermelho. Porque não distinguir que este aumento de receita que nós estamos a ter, é conjuntural, tem um efeito de conjuntura forte, positivo, mas que não nos deve levar em arco embandeirar em arco e subirmos os nossos problemas estruturais. Nós temos que pensar a gestão da cidade a médio/longo/prazo, a médio longo prazo. E a nossa aposta tem sido manter um equilíbrio estrutural entre um nível mais prudente de receita e não fazer subir a despesa corrente para patamares fora desse e, tratarmos como extraordinária a receita que estamos a ter ao nível do IMP e ao nível da derrama. Que, aliás, é isso que me surpreende é que nós estamos a fazer isto e há tanto, tanto, tanto, tanto tempo que o Senhor Vereador ainda não percebeu.

O que é que nós estamos a fazer com esta receita extraordinária de IMT? Estamos a fazer duas coisas. Estamos primeiro, a limpar passivos, heranças passadas, e estamos em 2º lugar investir.

O Senhor Vereador ainda não se deu nota que o investimento que está a acontecer na cidade está a ser feito no seu fundamental sem qualquer recurso, a endividamento, está a ser pago a pronto, com dinheiro da Câmara Municipal de Lisboa que se encontra nos bancos. Isso é uma situação que o jogador nunca viu, que nunca viu, nunca teve. E nós fazemos isto hoje porque podemos. E não devemos fazer, não devemos para ceder a qualquer eleitoralismo. Eu acho, aliás, notável como é que que fazem todas as críticas, suas coisas de eleitoralismo e tem um executivo que diz “não, eu não vou baixar os impostos em ano de eleições”. Não os vou fazer porque eles já estão num nível ... Não Sr. Vereador, é porque há uma coisa que é o equilíbrio estrutural. Sabe o que é a gestão prudente?

O Sr. Vereador na sua casa tem as suas receitas e tem as suas despesas. Se receber uma prenda de Natal ou de Páscoa não vai a correr a aumentar as suas despesas mensais, pois não? vai pegar na sua prenda ou a guarda ou

investe em alguma coisa de estrutural de pontual. O que nós estamos a fazer é reduzir passivo que ajuda à consolidação estrutural ou investir na cidade que é estrutural.

O que é que o Senhor Deputado está a propor fazer? O que é que se o Vereador está a propor fazer? Está a propor fazer que se pega numa receita conjuntural que eu acho que ela deve ser encarada como conjuntural, acho que isso é que a atitude prudente. Acho que conhecendo a história da receita do IMT considerar que nós vamos ter sempre esta a receita do IMT. Senhor Vereador digo e direi no próximo, porque tem consciência de que, quando aumentarem as taxas de juro internacionalmente, Que Nós estamos num período de taxas de juro anormalmente baixas, e basta haver uma alteração política do banco central que aumente as taxas de juro, e que o Senhor Vereador vai ver de imediato o impacto no mercado imobiliário.

E depois, o que é que isso acontece na situação da Câmara? Aumenta as taxas de juro, Baixa o IMT e a câmara entra no vermelho. O que eu quero assegurar é que a Câmara aguenta uma situação externa adversa e que se mantém sempre. O Senhor Vereador trocava isso por uma por uma iniciativa eleitoralista de baixa de taxas e de impostos e nós entendemos, aliás, não o fazer porque eles são os mais baixos da Área Metropolitana de Lisboa em matéria de património e friso seguinte, Sr. Vereador, veja com atenção antes de falar, veja com atenção. Incluindo todos os encargos sob património, nós somos o município com os impostos mais baixos sob património e compara, aliás, com aqueles os quais o CDS tem aqui e pelo país responsabilidades de Governo.

2ª questão, que gostava de referir é sobre a questão da Carris, e terminava com esta questão. Nós temos que nos preparar para um desafio grande que será a proposta que traremos aqui da municipalização da Carris. Que nos termos em que está a ser negociada é uma, se vier a concretizar e julgo que se virá a concretizar nestes termos; o que nós teremos é propriedade e a gestão de uma empresa de limpa do passivo, mas em que, de acordo com a lei, aliás, anterior, e volto a frisar, bem feita no aspeto geral como já aqui disse várias vezes com a exceção de Lisboa. Ficarão os municípios com a responsabilidade do financiamento das obrigações de serviço público. Eu acho que isso é correto. Quem manda, quem passa a mandar tem que ter a responsabilidade de financiar. Isto vai ser uma grande responsabilidade para município de Lisboa, vai ser uma grande responsabilidade para todos nós, aprendermos a gerir a Carris com o que isso implica, aliás, de pressão sobre o nosso

orçamento corrente. Isto é, de elemento novo sobre o nosso orçamento corrente.

Eu concordo muito com o que o Senhor Vereador diz. Acho que é mesmo isso. Nós temos que perceber que as obrigações de serviço público nos transportes, aliás como na cultura, existem e têm que ser financiadas. E é por isso que este orçamento já integra essa componente de financiamento. Dentro deste financiamento já se integra uma componente relativamente ao investimento a fazer na Carris. Mas não tenho dúvidas que, ao longo dos próximos anos, o que teremos que ir fazendo e aperfeiçoar os mecanismos de financiamento do sistema de mobilidade integrada.

Última questão telegráfica sobre o plano de drenagem. Senhor Vereador, posso-lhe responder ou não? Ah está com o além que o além! Posso-lhe responder? Não vou fazer aqui uma defesa da honra e da coisa ofensivo que houve a minha intervenção. Queria-lhe responder à questão do plano de drenagem.

Tive ocasião já várias vezes, e vou voltar aqui a repetir o seguinte: O plano de drenagem não pode ser executado através de uma rubrica, porque o plano de drenagem está em execução em múltiplas intervenções em múltiplos programas na cidade. Sejam eles nas praças, que em todas as praças onde há necessidades intervenções de drenagem elas são feitas e estão incluídos nos orçamentos das praças. Seja quando se faz, por exemplo, no programa do Vale de Alcântara terá alguma intervenção menor que tenha relativamente a algumas áreas, seja o da Ameixoeira fortíssima, aliás, relativamente ao plano de drenagem nas zonas verdes. Campo das Cebolas e o Cais do Sodré a partir de EMEL, sucessivamente, por exemplo, a Rua de Alcântara teve uma forte intervenção ao nível do que estava previsto no plano de drenagem é uma obra feita dentro do programa pavimentar. E, por isso não é possível ter um único, não está numa rubrica a execução de um programa. Eu já expliquei isto até creio aliás ao Vereador António Proa, várias vezes. Porque a execução do plano é feita por múltiplos instrumentos múltiplos instrumentos que estão em vários programas diferentes, porque, aliás, tem a ver com a natureza das a intervenções e, por isso, não pode haver nenhuma leitura nem nenhuma conclusão, porque sobre o nível da execução física do programa porque verdadeiramente ele está a acontecer disperso como só podia ser dessa forma por vários programas que têm uma classificação económica diferente.

Passo a palavra ao Sr. Vereador João Paulo Saraiva. E depois pedia o seguinte, faremos só, não sei se há mais alguma questão dos Srs. Vereadores

não havendo daríamos início à 2ª parte que era a audição dos presidentes das empresas municipais que estão á nossa espera.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Só muito telegraficamente, relativamente à intervenção da Vereadora Teresa Leal Coelho, eu peço desculpa por ter que responder sem ela estar. Mas, de facto, eu não quis de maneira nenhuma nem ter falta de coro, nem acho que não tive. Apenas referia aquilo que é para mim factual e que é muito interpretação política de um conjunto de situações, mas não queria deixar em claro 2 coisas: Uma, que tem a ver com, eu não gosto, não gosto e acho que não é tolerável continuar a ouvir que, tratar a questão do aeroporto como se tratasse de uma transferência do Governo para a Câmara, como se não estivesse aqui pelo meio, uns terrenos que eram da Câmara, que a Câmara reivindicava e que, para que se pudesse concretizar um negócio que o Governo queria fazer, então a Câmara fez o que devia na altura, que foi exigir que lhe fossem, quer dizer, que fosse ressarcida dessa propriedade do facto de ficar sem essa propriedade, que eram os terrenos do aeroporto. Mas isto não pode ser tratado como se fosse uma benesse que o PSD na altura quis fazer, porque isso não é verdade, mais uma vez, não é rigoroso, não é verdade e, é factualmente errado.

O Sr. Presidente: - Ó Sr. Vereador, desculpe interromper, mas aí o Vereador João Gonçalves Pereira irá ajudar a repor a verdade explicando que há aqui um crédito que vem desde o tempo do Presidente Abecassis e do Vereador Pedro Feist que defenderam bem o património municipal que não há aqui nenhuma benesse.

(Diálogos cruzados)

O Sr. Presidente (Cont.): - Não, mas, às vezes acontece, às vezes acontece, ouvimos o PSD falar sobre isso, mas eu estou certo que o Sr. Vereador vai ajudar a repor a verdade, a verdade não, não.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva (cont.): - Mas até me constou aqui, alguém me sussurrou quando estavam a dizer isso que, eventualmente no antigo regime já em surdina se falar sobre essa situação e, já o Presidente da Câmara da altura, não o podendo fazer abertamente, dizia que o Governo teria

que devolver a situação. E portanto podemos até se calhar, ir à fundação da nacionalidade. Mas já agora também, sobre a expressão avantesma que eu não tenho nenhuma, não tenho nenhum quiproquó com ela, pá não fui eu que utiliza pela 1ª vez, aliás, eu acho-lhe graça acho que até está muito bem construída, mas foi, aliás, um distinto militante do PSD que a utilizou pela 1ª vez, não me parece que ele tenha assim tanta falta de decoro, até achei graça, a uma construção política e não foi com intenção nenhuma maldosa que eu quis trazer para aqui a avantesma que acho que, aliás, ilustra perfeitamente a relação e a postura política da coligação e dos partidos em separado e juntos e separados e com estratégias complementares e, vamos ver dentro de alguns momentos coligados se calhar outra vez. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereadores, vamos então passar à nova fase da reunião. Eu vou chamar, vamos chamar os Presidentes dos conselhos de administração das empresas e chamaria o Conselho de Administração da EMEL.

O Sr. Presidente da EMEL: - Sr. Presidente, Srs. Vereadores. De forma resumida, uma vez que me pediram que esta apresentação não tivesse mais do que 5 slides. Portanto, o que aqui estão, são os objetivos gerais para 2017 e depois, enfim, especificamente em cada um dos pontos. Em termos de objetivos gerais, portanto, nós temos por tarefa o reforço das ofertas de estacionamento, promover a mobilidade suave e partilhada e utilização do transporte público, desenvolver o Iparque para clientes empresariais, consolidar a Academia da EMEL, digamos um esforço de formação profissional que nós estamos neste momento a fazer; abrir novos postos de atendimento ao Público; reforçar o efetivo da empresa em sintonia com aumento de atividade, naturalmente e articular depois as políticas e estratégias que os demais operadores de mobilidade com a intervenção da Área Metropolitana de Lisboa, especialmente com a Carris e o Metropolitano de Lisboa.

Especificamente no que diz respeito ao estacionamento, nós temos previsto para 2017 a construção de 20 mil lugares, novos lugares na via pública. O reforço de 7 mil novos lugares líquidos de estacionamento. E depois também a construção ou pôr no fim de contas em operação uma zona de acesso condicionado da Madragoa que estando prevista, nunca foi efetivamente posta em prática.

Nas atividades de gestão de estacionamento, pretendemos autorização do sistema automático de fiscalização o SKANaCAR no sentido principalmente, e

é por isso que temos autorização da parte da proteção de dados, controlar digamos, os estacionamento que são feitos em zonas que são reservadas a residentes e que por vezes há quem estacione sem que seja residente.

A substituição e modernização dos equipamentos das zonas de acesso condicionado. Consolidar, digamos, a gestão operacional através de um programa que é o *Opera*.

Reforçar equipas bloqueadores e número de reboques e depois um projeto de sensorização de lugar de estacionamento na via pública. E depois a questão da construção no fim de contas, um sistema de controlo de gestão e de apoio também à gestão do desempenho dos funcionários. E também finalmente mas não que seja último, a modernização da gestão na rede de parques, nomeadamente com uma gestão automática de acessos.

Na gestão da Mobilidade e Transportes, desenvolvimento de projetos de mobilidade suave inclusiva e ou partilhada. Modernização do espaço urbano. O projeto das *Sharing Cities*, enfim, onde estamos com Londres e Milão, encontrar ou discutir ou perceber enfim, soluções de mobilidade suave de redução de poluição e otimização de consumos energéticos. E depois a continuação projetos europeus de inovação na área da mobilidade, nomeadamente no que diz respeito à mobilidade através de viaturas elétricas.

Em termos de recursos humanos, enfim, toda esta expansão que agora pode ser feita para toda a cidade de Lisboa. Precisamos de um reforço de efetivo que está devidamente registado neste plano de atividades e orçamento de 70 colaboradores, temos que forma-los, daí digamos, o projeto da Academia ao nível desta política de recursos humanos. Um novo sistema de gestão de desempenho e potencial de gestão da carreira dos colaboradores enfim, no sentido de proporcionar a todos que trabalham connosco, uma carreira que é algo que neste momento não está fixado. E potenciar naturalmente novos métodos de trabalho e organização na área de recursos humanos.

Na renovação e modernização tecnológica, a questão do *Bike sharing* vai obrigar digamos, à produção de software específico. O desenvolvimento do *ePARK* que é uma aplicação que já temos. A gestão de condicionamentos que tem a ver com a disponibilidade de informação no fim de contas para os automobilistas, os condicionamentos que em cada momento existem no trânsito na cidade.

Portanto, a monitorização da atividade da empresa. Um sistema de relacionamento com o cidadão que necessitamos de uma solução que permita fazer este interface entre a empresa e o cidadão. E depois, no que diz respeito ao cadastro, concentrar a componente geográfica e cadastral da EMEL,

também em sincronização com o cadastro da própria Câmara Municipal de Lisboa.

No serviço ao cidadão e política de proximidade, entendemos nós que é importante reforçar o sistema de lojas que temos na cidade. E temos aqui em 2, já 2 situações previstas por um lado a questão do mercado 31 de Janeiro, sabemos vai abrir lá uma loja de cidadão, metermos lá uma loja nossa. E também no caso de, aqui na Praça do Município em que está previsto também um centro de atendimento da Câmara Municipal de Lisboa, também termos logicamente nesse espaço, uma loja de atendimento da EMEL.

E depois, o desenvolvimento de novas facilidades no pagamento via ePark e no fim de contas, também a facilidade de oferecer aos residentes através da abertura e expansão de zonas e a respetiva, no fim de contas, atribuição dos dísticos.

Para 2017, o investimento que temos previsto é de 33,7 milhões, 4 vezes aquilo que perspetivámos e executámos no ano passado. Por áreas de investimento, portanto, no desenvolvimento de infraestruturas, especialmente dedicado aos parqueamentos, os 13 milhões, isto é, a grande fatia do investimento que nós prevemos para 2017, e depois, na expansão de estacionamento, o apoio à mobilidade pedonal, a mobilidade partilhada, sistemas de informação e apoio técnico, enfim, com aquela distribuição.

De qualquer forma ressalta daqui, que no desenvolvimento infraestrutura, portanto, tudo o que tem a ver com a criação de parque de estacionamento, de apoio, não só aos residentes, como também parques de rotação, é efetivamente, leva, digamos, a grande fatia do investimento que nós previmos para o ano de 2017.

Do ponto de vista da demonstração de Resultados. Bom, nós previmos para 2017, enfim, do ponto de vista das Receitas, rendimentos e gastos, temos aqui os rendimentos, 41 milhões de prestação de serviço, logicamente, à Cidade, e depois, o Fornecimento e Serviços Externos, 24 milhões, sendo que está incluído naquela verba também, o FEE que à partida prevemos pagar à Câmara Municipal de Lisboa; falamos em 13 milhões de gastos com Pessoal.

Enfim, mas de toda a estrutura dos resultados, o que prevemos para 2017, é o encerramento da atividade com um resultado líquido previsível de 444.738 euros, fruto logicamente do, enfim, da política de investimentos e da grande fatia que nós prevemos para 2017 de insistir exatamente na criação de parques, de novos parques para a Cidade de Lisboa.

O Sr. Presidente: - Sr. Presidente, muito obrigado. Quero também saudar todos os restantes Membros da Administração, há pouco não estava presente quando iniciaram a intervenção, está aberto o período de debate.

Srs. Vereadores, quem quer usar da palavra? Não, Srs. Vereadores do PCP, também não, Srs. Membros da Administração, muito obrigado pela Apresentação, foi arrasadora.

Chamo agora o Conselho de Administração da Gebalis. Bom dia, muito obrigado, e dou com gosto a palavra ao Presidente da Gebalis, Pedro Pinto Jesus, se faz favor.

O Sr. Presidente Conselho de Administração da GEBALIS: - Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Vereadores.

Em 5 singelos slides o Plano de Atividades e Orçamento de 2017 da Gebalis. Apresentar-vos os principais, os primários eixos orientadores que transportam a ambição da Empresa de continuar em 2017, enquanto Prestador de Serviço Público de excelência, um contributo que nós pensamos e acreditamos que é viário, por uma cidade coesa, solidária e sustentável.

Destacamos obviamente os desafios, não é, o desafio maior será talvez a Lei 32, a adaptação à Lei 32/2016, que é difícil de estimar presentemente a variação de rendas, mas terá uma influência, seguramente, uma influência no decréscimo dos valores das rendas atuais; temos outros desafios de gestão, como Entidade Pública Classificada, que já estamos adaptados, a continuidade adaptação à Lei dos Compromissos e o NCAP, que será um grande desafio para 2017.

Também temos aqui em destaque, o impulso que queremos continuar a dar ao Plano de Ação de Cobrança de Rendas, baseia-se muito na proximidade dos Gabinetes de Bairro ao território e às populações, ao conhecimento que os Técnicos e Técnicas da Gebalis tem do seu território, tem a sua capacidade de fazer bons diagnósticos, fazer bons encaminhamento sociais, e sobretudo, priorizar, selecionar e adequar as ações de território a território, bairro a bairro, e até, às vezes de micro bairros a micro bairros.

Contribuirá seguramente, em 2017, para um bom trabalho neste plano, uma boa relação com a Santa Casa, que tem crescido, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, queria destacar isso, e também uma aposta concreta na negociação e na contratualização com metodologia de intervenção; também a aposta na pedagogia da responsabilidade coletiva, da participação à implicação da população e dos parceiros em prol das Comunidades.

Com um destaque para o Programa “Lotes com Vida”, que é um programa de apoio, uma das missões da Empresa, que é a constituição das Comissões de Lotes. Será aplicado em lotes, dentro de das áreas dos Bairros com intervenção e ações dentro do Contrato-Programa em curso o 398, e basicamente, intensifica, acelera e reforça a solidariedade local, potencia tudo aquilo que já existe de bom e que já funciona a nível de Bairro.

Portanto, também dizer que está aqui, cuidar, manter, conservar, requalificar e inovar, portanto, basicamente é continuar as ações e a frente de obra do Contrato-Programa 398, ao mesmo tempo que mantemos nas 5 zonas, com as 5 Empreitadas de Manutenção, a manutenção corrente do edificado e do património.

Passando agora ao Orçamento de 2017, em 2 slides. Dizer que estes instrumentos previsionais apresentam mais uma vez um resultado líquido positivo; as vendas e prestações de serviço apresentam uma inflexão da tendência de redução, conseguida com uma nova unidade de negócio, a Renda Convencionada, foi provado em Câmara, falta a sua aprovação em Assembleia Municipal; dizer também que o valor apresentado de FSE, é de cerca de 22 milhões, inclui Despesas de Funcionamento da Empresa e as obras e as manutenções realizadas ao abrigo, realizadas no edificado e nos equipamentos, é aqui que são registadas as intervenções ao abrigo do Contrato-Programa em curso.

O valor do Subsídio à Exploração, cerca de 12 milhões, corresponde à previsão da obra realizada, ao abrigo de um Contrato-Programa, e equilibra os custos de igual valor considerados na rubrica anterior; os gastos juros exportados, mantém a tendência de redução, atendendo à estabilização da taxa de juro, do spread e da redução de capital em dívida que a empresa tem efetuado, cumprindo o Plano Financeiro, do Empréstimo contratado.

Próximo slide que tem o foco prioritário na manutenção do equilíbrio, na consolidação da situação financeira da Empresa, financeira e económica da Empresa. Dizer-vos que em 2 anos, 2016 e 2017, prevemos reduzir o Passivo exigível em 4.8 milhões; dizer também que esta amortização de empréstimo bancário está cifrada em 903 mil euros ano, que correspondem assim nos 2 anos, a 1.8 milhões.

Destacar também os rendimentos e ganhos, que atingem cerca de 30 milhões, o valor das rendas, já com a renda convencionada, representará 59% do valor total do volume de negócios; a destacar ainda mais 3 pontos, nomeadamente com o FSE, a maior rubrica de custos, com cerca dos 22 milhões que há pouco referi, dizer que 82% daquele valor é investido em obras no edificado; os

Contratos-Programa e Subsídios à Exploração dotarão Empresa dos meios necessários para a Reabilitação mais profunda do Património Municipal sobre a nossa gestão.

Agora um slide mais animado, que são alguns exemplos das manutenções mais profundas e da manutenção periódica do Património; dizer que são, ainda não acabou 2016, mas temos 19 Empreitada de Reabilitação em curso; temos as 5 empreitadas por Zona, e temos neste momento, previstas 16.300; em 2017, as mesmas 5 Empreitadas, as mesmas 16.300 intervenções nas 5 Zonas; dizer que a frente de obra será 21 Empreitadas de Reabilitação em curso, temos aqui vários exemplos, termina com a Graça, no estado atual da intervenção.

Por último, os Projetos de Intervenção Local; os desafios, os reconhecimentos, temos aqui vários exemplos, para além dos “Lotes com vida”; o Regular; o Vilar, na Ameixoeira. Tudo Projetos que nós consideramos serem Projetos de grande importância, grande importância de trabalho no terreno, no território e que tem, e terá continuidade em 2017, continuidade destes projetos, que também depois se reflete nestes Prémios, nestes Rótulos. Eu sei que para nós é importante estas ocasiões, virmos aqui à Câmara e apresentarmos este, o último está num cantinho, tirámos ali uma fotografia, que é o Prémio Reabilitação 2016, que já tem a ver exatamente com, é do Jornal Construir, que já tem exatamente a ver com um dos Projetos contratados, uma das ações do Contrato-Programa 398.

Então, dito isto, Sr. Presidente, estamos ao dispor, eu, o Conselho de Administração e Sr. Direto Financeiro, para qualquer outro esclarecimento. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Presidente. Registo intervenção do Vereador, Carlos Moura. Algum Sr. Vereador mais se via inscrever? Não, Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Boa tarde, antes de mais, cumprimentar aqui o Conselho de Administração.

Por acaso tinha uma pergunta, que não se prende diretamente com a questão da Gestão Financeira, mas penso que por parte da Vereação deveria haver um conhecimento um bocadinho melhor sobre estas questões.

A Gebalis gerindo os bairros municipais, existem 2 bairros municipais que são fora da área do concelho de Lisboa e, obviamente o desconhecimento como se está processando a gestão desses bairros e o estado em que eles estão e

mesmo as questões... porque uma vez saindo da esfera territorial do município, depois exigir algum entendimento com os municípios em que se inserem. Gostaria de ter alguma informação sobre essas situações e se a tendência se manterá para a alienação dos fogos existentes nesses bairros, até à saída da Gebalis completamente dos bairros que se encontram fora do município. Gostaria de ter alguma informação sobre isso, se me puderem dar.

O Sr. Presidente:- Sr. Presidente por favor.

O Sr. Presidente da Gebalis:- Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Vereador Carlos Moura é de facto estes... são 3 bairros, 2 em Sintra e um na Amadora. O do Zambujal é o mais perto, portanto é mesmo ali junto à Boavista. São bairros que não são bairros inteiros, são frações, algumas frações. Temos o mesmo acompanhamento que temos com qualquer outro edificado na zona ocidental na qual trabalhamos na manutenção e na conservação. Poderei depois enviar-lhe se assim for o seu desejo, um retrato mais fiel com... exatamente com o histórico e que resume as principais questões quer sociais, quer de edificado mas sim, mas mantém, mantém a mesma atenção que mantém qualquer outro edificado dentro da zona ocidental sob gestão, zona central sob gestão da Gebalis.

(diálogos fora do microfone)

O Sr. Presidente da Gebalis:- A Gebalis não tem essa missão. É que é uma prerrogativa do município que é uma competência que está ainda aqui.

(diálogos fora do microfone)

O Sr. Presidente: - Oh Senhor Vereador, posso só pedir-lhe para ligar...senão não consigo ouvir.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Perdão. Da parte da Gebalis, a Gebalis saberá naturalmente se existe a propensão por parte dos seus... dos arrendatários do qual gere o arrendamento para que isso aconteça ou não...

O Sr. Presidente: - Sra. Vereadora Paula Marques.

A Sra. Vereadora Paula Marques: - Obrigada Sr. Presidente. Bom dia e boa tarde a todas e a todos. Responder ou dar informação ao Vereador Carlos Moura e já agora partilhar com o resto da Vereação.

A situação que nós descrevemos do conjunto fogos que estão salpicados, digamos, nestes três 3 bairros no concelho e noutro, é uma situação eu diria, atípica. Não faz muito sentido efetivamente até do ponto de vista da proximidade e da gestão, a Gebalis ou a Câmara Municipal de Lisboa estar a fazer a gestão de um conjunto de meia dúzia, não é meia dúzia mas pronto, é um conjunto reduzido de fogos, noutros concelhos com 2 prejuízos, na minha opinião.

A distância do ponto de vista, o que é oposto àquilo que é a gestão de proximidade do contrato de arrendamento e dos bairros municipais e também uma outra questão, é que as pessoas que habitam naqueles fogos, no fundo estão... é uma situação quase híbrida. Isto é, são regulados do ponto de vista de regulamentos, de habitação e de gestão do município de Lisboa e da gestão da Gebalis, naturalmente, que é propriedade do município de Lisboa. Mas depois ao mesmo tempo, são munícipes de dois outros concelhos que têm também a sua regulamentação própria e que é afeta aos munícipes que fazem parte destes concelhos. Portanto eu diria que não é a situação mais interessante nem do ponto de vista da gestão, nem do ponto de vista do relacionamento com aquela população. Do ponto de vista da nossa responsabilidade no edificado é a mesma situação de uma situação de condomínio digamos, de gestão de condomínio que também temos na cidade de Lisboa. Isto é, nós respondemos pela nossa permissão, temos é 3 partes, os proprietários, o município que também é proprietário, o município onde está localizado o edificado e nós.

É evidente que me parece mais do que sensato que estes fogos, a fazermos alienação de fogos de habitação pública aos próprios, que é essa a situação, parece muito mais lógico. Nós temos feito a redução, aliás, não está neste momento em alienação novos fogos aos próprios mas a ponderarmos isso faz muito mais sentido que sejam esses, havendo assim vontade desses moradores e capacidade desses moradores de os adquirirem.

Outra solução que eu pessoalmente já tentei fazer em termos de interação com os municípios em questão é perceber se não faz mais sentido que esses fogos digamos, passem a ser uma propriedade dos municípios onde estão implementados.

Isto resumindo e concluindo, temos a possibilidade de como sabem, nós fizemos a terminação de não pôr novos fogos de alienação de habitação

pública aos próprios. O que está para trás, está em vigor como sabem, mas temos estas 2 possibilidades. É um caminho que nós estamos a estudar para os municípios. Eu já fiz contactos com os municípios de destino nesse sentido porque, de facto, o ponto de vista da gestão, não faz sentido na nossa opinião. Obrigada Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Não registo mais pedidos de intervenção de nenhum dos Senhores Vereadores. Agradeço aos senhores membros da administração, diretor financeiro da Gebalis com votos de bom trabalho. E aceleração das obras, por favor.

Chamo agora... Exatamente ... Conselho de administração da EGEAC.

A Dra. Joana Gomes Cardoso, Conselho de administração da EGEAC: - Bom dia Senhor Presidente, Senhores Vereadores e a todos.

Vou então apresentar os instrumentos de gestão previsional da EGEAC para 2017. 2017 vai ser antes de tudo um ano de consolidação para a EGEAC uma vez que este ano, a empresa absorveu novos equipamentos. Estamos neste momento no final de um processo de reorganização que permitiu nestes últimos meses absorver esses novos equipamentos e também a entrada de mais de 80 novos trabalhadores, o que representa, neste momento, cerca de um terço dos recursos humanos globais da empresa.

Esta mudança significativa traduz-se num aumento de equipamentos e de atividades. Está a decorrer da forma prevista. Sendo por acaso o seu funcionamento regular da empresa mas naturalmente há um processo de consolidação que se vai estender ao longo do ano de 2017.

Por outro lado dispomos hoje de um universo muito mais rico do ponto de vista cultural que nos permite potenciar a nossa intervenção na cidade e também permitir uma maior diversificação de receitas. Nesse sentido, estamos a desenhar um novo sistema de bilhética para um maior e mais fácil acesso à oferta da EGEAC, nomeadamente através da venda *online* e em quiosques. Isto já está a avançar, sem prejuízo da manutenção de uma política de preços e de descontos que naturalmente tem em conta a acessibilidade, nomeadamente o público nacional.

Estamos também a desenvolver uma política de “*merchandasing*” e não apenas na ótica comercial mas também na valorização e divulgação de conteúdos culturais. Queremos nomeadamente dinamizar as lojas dos Museus. E finalmente estamos a desenhar uma nova política de valorização dos espaços que agora a empresa gere no sentido de os rentabilizar através de

arrendamentos comerciais e outros para também dessa forma os dar a conhecer a novos públicos.

E agora sim, passando para este segundo *slide*, nós temos 5 eixos estratégicos que eu não vou elaborar aqui porque estão no relatório, no plano de atividades, no entanto vou destacar aqui algumas linhas que estamos a seguir no âmbito da programação. Isto porque a EGEAC está a posicionar-se de forma reativa na cidade face às novas dinâmicas que a cidade conhece, nomeadamente o turismo e também o papel crescente das juntas de freguesia, nomeadamente na atividade de rua. Portanto, o nosso em foco está na promoção de novas centralidades na cidade através de propostas diferenciadoras. Esta é pelo menos a nossa intenção.

Começámos este ano alargando a atividade a várias zonas da cidade, bastante além da habitual ou tradicional zona histórica e sempre que possível vamos combinando a programação popular com propostas mais contemporâneas. Para o ano vamos manter essa política que nos permite também fazer um trabalho mais profundo em termos de desenvolvimento de públicos, tendo presente, naturalmente, a identidade e a diversidade da cidade. Ou seja, mantendo iniciativas que até já têm de alguma forma vida própria como o concurso das sardinhas ou os tronos de Santo António.

Mas em simultâneo, vamos fazer um trabalho também incidindo sobre as nossas políticas de proximidade e a título de exemplos rápidos, o Teatro Maria Matos por exemplo, vai fazer um trabalho ao longo do ano na zona de Chelas. No âmbito da capital ibero-americana vamos trabalhar temas ligados à mulher no mês de Março a propósito do centenário da cantora chilena Violeta Parra.

Em Abril, vamos ter uma iniciativa chamada canções para revoluções, no âmbito do 25 de Abril que cruza os diversos reportórios das canções de intervenção e em Setembro, vamos apresentar a Carmina Burana com a Orquestra Gulbenkian no Vale do Silêncio nos Olivais.

Vamos também alargar o bilhete suspenso, que creio que já conhecem. Uma iniciativa que temos estado a desenvolver e que, de alguma forma a testar no Teatro São Luiz. Vamos tentar alargá-lo agora a outros equipamentos também. E trabalhar de forma mais articulada o serviço educativo da empresa.

E agora podemos passar para o próximo *slide*.

Neste *slide* tentamos apresentar o resumo de uma forma, enfim que gostávamos que fosse perceptível, embora resumida, para poderem ver um pouco as muitas atividades que se preveem de vários tipos de natureza para o próximo ano. Face ao que foram os resultados de público até agora estimamos que para o ano com os novos equipamentos vamos conseguir atingir mais

ainda, e eu vou ficar por aqui, penso que não vale a pena estar a passar por cima, a falar por cima desta informação, passo antes a palavra à minha colega do Concelho de Administração, que vai agora falar da valorização patrimonial da empresa, e também apresentar a demonstração dos resultados esperados em 2017. Obrigada.

A Sra. Dr.ª do Conselho de Administração da EGEAC: - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores.

A valorização do património, como sabemos, a EGEAC vai investir neste momento, em 2017, um milhão e 200 mil euros só em investimento, porque depois temos a conservação e reparação.

E é importante tudo este eixo de valorização do património na EGEAC, porque ela essencialmente vive dos seus equipamentos, e da sua oferta, a requalificação dos equipamentos é importante, dado que nós queremos cada vez ter mais público cada vez ter mais oferta, cada vez ter mais qualidade, nas acessibilidades também.

Aqui demonstramos sumariamente as principais intervenções, portanto, vamos continuar a fazer a 2ª empreitada do Castelo de São Jorge, o Padrão dos Descobrimentos, que estamos na conclusão do restauro. Do Padrão dos Descobrimentos que era uma obra já há muito esperada, o São Luís temos uma obra importante da transformação do P.T.; a Casa Fernando Pessoa vai ter um projeto novo de museografia, e as galerias vão ter uma requalificação essencialmente na galeria 4.

No que diz respeito aos gastos e à diferença à variação entre os orçamentos de 2006/2017. Podemos assistir aos rendimentos, temos face a 2016, o orçamento 2016. Temos um rendimento a mais de 3Milhões e 800 mil. Isto advém essencialmente das bilheteiras, portanto, podemos ver a bilheteira do Castelo de São Jorge com 2Milhões, 300 mil de Padrão dos Descobrimentos e 200 mil dos novos museus, que só em 2017 é que, efetivamente, vamos ter a noção do orçamento real dado a incorporação dos novos equipamentos na EGEAC, sob a gestão da EGEAC. Como nós sabemos eles entraram só em Julho, portanto, só temos meio ano de atividade destes novos equipamentos. Daí que é necessário 2017 para a consolidação também, tanto em receitas como em despesas.

Relativamente aos gastos, temos ali também espelhado 1Milhão e 900 mil, são os novos museus, portanto, aqui inclui as atividades também, e toda a programação era necessário reforçar e requalificar programação dos novos equipamentos que entraram na esfera da EGEAC. Temos um reforço do

espaço público também porque também advém das novas centralidades que queremos cumprir na cidade de Lisboa; temos a Iberoamericana, um ano importante em termos de atividade no espaço público e também nos equipamentos da EGEAC; e temos mais de 300 mil em conservação e reparação, porque é necessário, juntando também, somando ao investimento de 1 Milhão e 200 mil que se vai fazer.

Temos aqui a demonstração de resultados previsionais, portanto, podemos ver que temos uma receita no total com um contrato-programa 10 milhões, temos uma receita de 26 milhões, portanto, podemos ver que os rendimentos totalizam 26 milhões dos quais a maior parte bilheteiras e também patrocínios, e em termos de gastos também são equivalentes e já espelhei o resultado dos gastos do reforço necessário para a programação.

Tudo isto advém efetivamente deste parque de equipamentos que nós vamos ter. Cada vez mais a EGEAC está-se reforçar a sua esfera de ação e, daí que continuamos a apostar na requalificação e no apetrechamento de qualidade dos equipamentos.

Muito obrigada. Boa tarde.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Pedidos de intervenção dos Srs. Vereadores, não? Nem para aquela afirmação tradicional? Não, não, não, não, não. Eu sei qual é, não preciso, não é preciso, peço desculpa, não é preciso. Sr. Vereador não lhe vou dar a palavra porque sentia que estava a ser eu a usar da palavra. Sr. Vereador Sá Fernandes.

O Sr. Vereador Sá Fernandes: - Muito obrigado Sr. Presidente.

Eu também queria ter intervindo nas outras empresas, mas não estava aqui.

Bem, eu quero dar os parabéns, à Sra. Vereadora Catarina Vaz Pinto e à Administração da EGEAC porque de facto, percebemos que isto funciona.

Eu estive a ler o meu programa eleitoral de 2005 e lembro que em 2005 o Cinema São Jorge estava fechado. Se lembrarmos de 2005, precisamente a partir de 2005 até hoje, o que se fez na cultura sem perturbação, sem oscilação, a evolução tem sido absolutamente extraordinária. Não só a diversificação não só a recuperação dos espaços, não sou a captação de mais público, não só a diversificação de espetáculos, a diversificação de público tem sido um trabalho absolutamente extraordinário. E eu quero a dar, de facto, os parabéns à Catarina Vaz Pinto e à equipa da EGEAC, por este trabalho magnífico e, tenho quase a certeza que em 2017 isto vai ser esplendor na relva. Para já temos a Carmina Burana no Vale do Silêncio, que é

absolutamente extraordinário e outras coisas teremos certamente, engraçadas para a cidade inteira. Esta maneira de trabalharmos a cultura, não só para aquilo que tinha sido habitual ou o que era habitual que era no centro histórico alargarmos diversificarmos por Lisboa toda, é para mim uma satisfação e uma reivindicação minha, pelo menos desde 2005 quando eu me candidatei com “Lisboa é Gente”. É que eu acho que mesmo que é gente e a cultura é gente, finalmente.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Srs. Vereadores faço, naturalmente, minhas as palavras do Vereador José Sá Fernandes, acrescento só um pequeno pormenor, sem a relevância que é mesmo o facto também aumentarem aqui significativamente, os recursos e as receitas afetas, que só mostram a adesão das pessoas à estratégia.

Srs. Vereadores não há mais pedidos de intervenção? oh que não! Sr. Vereador faça favor, tem a palavra.

O Sr. Vereador Manuel Figueiredo: - Sr. Presidente, realmente é, eu julgo que já saber o que eu vou dizer, mas exatamente na sequência do que o Sr. Presidente acaba de dizer relativamente ao reforço à atividade da EGEAC.

Em 1º lugar, saudar sobre à Administração da EGEAC, e saudar a atividade que tem vindo a desenvolver. O problema é que, como se sabe a nosso ver o o pecado que enferma é, do facto, de cada vez mais o pelouro da Cultura ficando esvaziado e, portanto, na medida em que esse esvaziamento se vai efetuando a cada vez mais, esta vereação tem menos condições de debater a evolução da Cultura na cidade de Lisboa no seu dia a dia na programação, em tudo o que se vai fazendo. Portanto, porque, de facto há, e eu considero e certamente que assim será, que a Sra. Vereadora estará, acompanhará muito de perto tudo o que se vai fazendo, mas esta vereação vai ficando afastada exatamente dessa programação e do desenvolvimento cultural, na medida em que ele está transferido para a empresa. É só este o pecado que afeta. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Srs. Vereadores. Muito obrigado

Vamos chamar agora, agradeço então ao Conselho de administração da EGEAC, votos de bom trabalho. E chama agora o Conselho de Administração da SRU.

A Dt^a. do Conselho de Administração da SRU: - Muito bom dia. Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Vamos à nossa apresentação anual da atividade da SRU. Desta vez, uma apresentação muito reduzida, seguimos as orientações da direção de Finanças e é uma coisa realmente muito conhecida. Só que acrescentámos algumas fotografias que se acho que tem sempre algum interesse.

Portanto, como todos sabem que estas são as 3 principais áreas de atividade da SRU: a Gestão Urbanística, a Reabilitação do Espaço Público e a Reabilitação de Edifícios Municipais.

Em 2017, vamos continuar com a gestão urbanística nos mesmos moldes que temos feito até agora, gerindo a nossa zona original, a zona de intervenção, cumprindo os prazos de licenciamento e acaba por ser uma atividade que ocupa mais de 50% dos recursos humanos da SRU.

Depois temos as outras duas áreas de atividade: a realização de espaço público em 2017 em termos de empreitada, a única empreitada de reabilitação do espaço público é a empreitada de reabilitação do largo da memória. Fizemos ontem a apresentação na junta de Freguesia da Ajuda que o Arquiteto Gonçalo Byrne que encantou a população com as histórias dos locais. Acho que é uma intervenção que vai ser fantástica para a freguesia, porque é uma intervenção que não tem pontos negativos; não se perde estacionamento, não há dificuldades de circulação e vai ser muito importante em termos requalificação da Igreja. Graças ao Sr. Presidente, é que ela entrou neste programa das praças e cumprimentos a orientação que é, menos de 1 milhão de euros, portanto são 800 e tal mil euros.

O Sr. Presidente: - Oh Sra. Presidente, eu peço-lhe de que essa sua afirmação de que não tem pontos negativos se pode partilhar o projeto com o Vereador João Gonçalves Pereira, porque ele vai encontrar, certamente, alguns. Sra. Presidente por favor.

A Sr.^a Presidente de Conselho de Administração da SRU: - Continuando.

Depois, ou seja, o ano de 2017 vai ser um ano em que a SRU se vai dedicar essencialmente à reabilitação de edifícios municipais. Portanto, é o MUDE que já está em obra, tudo isto são empreitadas que já estão em funcionamento, já estão a ser executadas: é o MUDE, o Posto de Segurança Avançado do Martim Moniz também já está em obra, o antigo Teatro Luís de Camões também já está em obra, e estes agora ainda não, a futura biblioteca de Alcântara está em fase de análise de propostas e temos mais 6 escolas em, uma já está em obra

e as outras em fases de distintas em termos de contratação. e ainda temos duas que ainda não tem contratação ainda estão a aguardar elementos do projeto

Em termos, portanto, as mesmas áreas com os números respetivos. Portanto, a gestão urbanística acabei por associar ao contrato programa anual que fazemos que o município que, no fundo acaba, serve para financiar os custos de funcionamento da SRU, estão mais associados à gestão urbanística que é, no fundo, onde são os mais os nossos recursos humanos que estão mais envolvidos.

Depois, temos a reabilitação do espaço público que passa de 1 milhão de euros para 900 mil euros em 2017, no fundo, reflete aquilo que eu disse anteriormente, o ano 2017 vai ser um ano que onde as obras da SRU serão essencialmente para a reabilitação de edifícios municipais, como se vê aqui, portanto. Que passa 1,6 milhões de euros para 20 milhões de euros, pronto, são estas obras todas de reabilitação dos edifícios municipais.

A reabilitação do espaço público, no fundo, os projetos de reabilitação do espaço público, fazem parte do contrato-programa que fizemos que o município, a sua grande maioria passou para 2018. O que não quer dizer que em 2007, não tínhamos que ter os projetos todos em condições e os processos todos preparados para em 2018 eles arrancarem as empreitadas. Portanto, os procedimentos que têm que ser lançados em 2017 e assim, o iremos fazer.

Principais receitas da SRU, no fundo, são a SRU como todos sabemos não têm uma atividade comercial rentável. Portanto, no fundo, acaba por viver essencialmente dos subsídios através de contratos-programa que a Câmara lhe dá. Portanto, o contrato-programa de 2017 que, no fundo, são os custos de funcionamento da SRU - 300 mil euros; e o contrato-programa município de Lisboa/SRU, que é este grande contrato-programa que fizemos para reabilitar espaço público e os edifícios municipais. Portanto, que em 2017 serão cerca de 18,6 milhões de euros. E depois rendas e taxas urbanísticas 200 mil euros, não é mau! 200mil euros para a nossa, já não é mau, ou seja, nós já temos capacidade para financiar uma parte significativa dos nossos custos de funcionamento que estão agora em 670 mil euros.

Principais despesas, reabilitação do espaço público - 900 mil euros; reabilitação de edifícios municipais - 20 milhões de euros; não é igual 20 milhões de euros, dos quais alguns são do contrato-programa com o município e outros contrato-programa que tínhamos com o IRU, do empréstimo do IRU, também fundos BAI que está a acabar, que acaba em 2017 com a reabilitação do Teatro.

Aqui em termos gráficos, temos aqui a realização de espaço público ou seja em 2017 teremos todo o espaço público da zona de intervenção original da SRU reabilitado, ficamos só com a zona da Igreja da Memória, mais nada. Todo o resto já reabilitámos, todo o espaço público que está a verde está a reabilitado. Aqui algumas fotografias muito rapidamente; a Calçada Ajuda que nos orgulha bastante e, portanto, aqui está ela. Esta é a parte do troço superior que, no fundo, foi uma reabilitação menos profunda, mas fica lindamente. É uma operação mais de reabilitação dos pavimentos e acho que a fazer a ligação, e eu acho que ficou também ficou bem.

E passamos aqui para a realização de edifícios municipais. Pronto, temos aqui o Teatro Luís de Camões, ali a cor-de-rosa; a Biblioteca de Alcântara; o MUDE o Posto de Segurança Avançada e as escolas. Pronto, no fundo, a maior parte dos edifícios onde vamos intervir em 2017 já estão fora da zona de intervenção original da civil.

Aqui o edifício para onde foi o Belém Clube que é assim: de 2016, a obra que que mais nos orgulha e estávamos a pensar a estes prémios de reabilitação urbana. Para aqui veem do Belém Clube de modo a que nós pudéssemos reabilitar aqui o Teatro o Teatro Camões, que está neste estado e que também acho que vai ser uma obra importante para freguesia de Belém. E na ligação da Calçada Ajuda neste momento, a Calçada Ajuda está cheia de pontos; vai ter o Belém Clube depois tem o Picadeiro, depois há de ter a Igreja da Memória no ponto intermédio, virando um bocadinho à esquerda, e depois, o Palácio da Ajuda. Eu acho e realmente isto vai ser algo importante nestas duas freguesias, Belém e Ajuda. Aqui o MUDE só rapidamente. A Biblioteca de Alcântara. A Escola de Caselas.

E vou concluir, pronto, dizendo assim as estatísticas da SRU, no fundo. A SRU, neste momento. Entre os edifícios de privados e da SRU já foram reabilitados 317 edifícios, temos 54 em obra e 113 processos em controlo prévio. Ou seja, no total, quer dizer, nós estamos a falar aqui num total, estamos a falar aqui de uma operação com a dimensão que é significativa. Temos quase 500 edifícios reabilitados ou em reabilitação, 250mil metros quadrados, e um investimento que chega quase aos 100 milhões. Pronto, entre os nossos e dos privados que eu acho que é, para uma equipa como nós somos que são nos e 15 pessoas, acho que estamos satisfeitos com o trabalho da SRU.

Quais são as nossas perspetivas, portanto, acabar de executar o contrato de financiamento que temos com o IRU. No fundo, neste momento, está praticamente concluído, só falta a reabilitação do Teatro. Portanto, o que é que foi feito: 100 mil metros quadrados de espaço público, 20 edifícios, 206 lugares

de estacionamento, assim numa forma muito sintética. E dedicámos ao contrato-programa que temos com o município. Portanto, em 2017, como eu disse, os edifícios municipais; em 2018 por opção da Câmara, os espaços públicos e infraestruturas. Portanto, alguns passaram para 2018 e são estes os nossos objetivos principais.

E concluo a apresentação estou à disposição para qualquer dirigente.

O Sr. Presidente: - Posso só ver o último slide, desculpe., passou assim mais rápido. Muito bem. Srs. Vereadores. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Com certeza, que é que há bocado. Há bocado fez a observação de não ter dito aquilo que é habitual. E, portanto, não deixarei não o deixarei em, enfim, não, enfim, não o dececionei em termos de lhe deixar de dizer aquilo que nós dizemos sempre em relação à questão da SRU.

Senhora Presidente do Conselho de Administração do SURU está satisfeita com o trabalho e com o trabalho da sua equipa, e penso que até tem razões para estar satisfeita. De facto, é uma equipa que tem trabalho e que vai mostrando o trabalho. O pecado da SRU é um pecado original. E portanto, a culpa não é da equipa que nele trabalha, é da própria

O Sr. Presidente: - É básica, que é como o capitalismo!

O Sr. Vereador Carlos Moura (cont.): - Tem, olhe que tem coisas que são bastante próximas. Neste caso, é o facto desta vereação ficar completamente alheia àquilo que se vai fazendo e nós já criticávamos isto antes do alargamento do âmbito territorial e, por maioria de razão não podemos deixar de fazer agora. Porque, de facto, nós somos contra, fomos contra à criação da SRU, as outras SRU's que foram criadas ao mesmo tempo já há muito que soçobraram por, de facto, não tirem a equipa e a dedicação que esta equipa tinha, e deste ponto de vista não se pode deixar de reconhecer isso. Mas continuamos a dizer, isto fica fora completamente do âmbito da análise desta vereação, nós apenas na altura da apresentação do plano e orçamento ou dos relatórios e contas, vamos tendo a noção exatamente daquilo que é feito e sobre o qual nós nos poderíamos ter pronunciado pristinamente e o não fizemos. E, portanto, daí não podemos deixar de ter uma visão crítica, reconhecendo contudo, o trabalho e mais uma vez, reafirmando que não temos

nada contra a equipa. A equipa, reconhecemos o seu trabalho, mas, de facto, a SRU tem este problema que vem da sua própria origem, obrigado.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador José Sá Fernandes.

Sr. Vereador José Sá Fernandes: - Obrigado Sr. Presidente. Eu só queria aqui agradecer o trabalho da SRU. Mas Sra. Dr^a. esqueceu-se aqui de uma coisa absolutamente essencial, e que é pena. Porque descreveu bem a subida da Calçada da Ajuda, mas esqueceu-se de 3 elementos absolutamente essenciais, nessa subida nessa subida.

Bom, para já esqueceu-se que a ligação de Monsanto ao Palácio da Ajuda é uma obra que está em vias de conclusão e que permite termos das zonas mais extraordinárias verdes da cidade de Lisboa. Se viermos de Monsanto passarmos pelo Bairro 2 de Maio, formos ao Palácio da Ajuda e depois formos ao Jardim Botânico que a Sr^a. Dr^a. não referiu, que está aí também situado. E que, depois, se continuarmos a descer e virmos cá abaixo a Belém, de facto, temos um percurso, não só como Ribeiro Telles descrevia, a natureza e a cultura nos percursos em Lisboa estão de mãos dadas. E aqui é um exemplo, claro de que elas andam de mãos dadas. E, portanto, quando se refere aos edifícios patrimoniais, não se pode esquecer desta vertente absolutamente extraordinária.

Duas perguntas, que eu não percebi. Eu ouvi mal. Uma o Teatro construído, mandado construir o Senhor Açúcar e, de facto, o Teatro é um Torrão de açúcar que é o Teatro Camões. O homem que o mandou construir tinha esse nome extraordinário de Açúcar. Eu não percebi se as obras terminavam para o ano ou não.

E a 2^a pergunta, que eu também não percebi. Se a transição Do Largo 2 de Maio para o Palácio da Ajuda, que tem aqui um Largo que tem uma torre, se isso faz parte do espaço público ou não faz parte do espaço público, se entra em obra nesta atuação toda.

Só mais um reparo. Para além desse roteiro, verde e patrimonial esqueceu-se também de um roteiro notável nessa zona que o roteiro gastronómico.

O Sr. Presidente: - Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente de Conselho de Administração da SRU: - Em relação às críticas também podemos falar aí com o Sr. Vereador das Finanças que disse que eram 5 slides e não dá para roteiros gastronómicos e turísticos. E disia-lhe

uma coisa que até já falámos. Eu gostava imenso era que Câmara fizesse um passeio, até se calhar com as empresas e com os funcionários de fazer um passeio nas ciclovias. É verdade, eu agora ando muito menos e estou a par das últimas novidades e gosto imenso andar de bicicleta e era giríssimo fazemos um programa juntos, quem quisesse acho que era engraçado. O teatro vai acabar em Julho, as obras do Teatro não acabar em Julho, esse largo que se referiu não faz parte da área de intervenção da SRU e não nos foi dada pela Câmara, não faz parte do pacote das intervenções que nos foram dados pela Câmara para reabilitar. Portanto não temos competência nessa área.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Só quero também acrescentar no capítulo, não das reclamações, mas no capítulo, eu sei, das lembranças e bem lembradas, aliás, bem lembradas. De complementos que precisamos depois no meio também, começar a pensar sobre o largo fronteiro ao Palácio da Ajuda e a sua ligação à Torre do Galo. Acho que era o que estavas a referir. Os bons espíritos. Porque acho que é um projeto complementar e de ligação em tudo isto.

Sr.^a. Presidente. Muito obrigado, não há mais questões Senhores Vereadores. Srs. Vereadores, damos então por concluída a parte do debate sobre as matérias sobre as empresas, vamos então uma nova ronda de intervenções, não sei. Não é redonda, será só o Vereador Gonçalves Pereira, creio eu. Faz favor.

O Sr. Vereador Gonçalves Pereira: - Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, entreguei aqui uma proposta de alteração do ponto 8 da Ordem de Trabalhos, Proposta 601. Dizer que na parte final há aqui um erro. Não é 3.75 é 1.25 como é natural, portanto, se não seria um agravamento fiscal, isso merece logo um sorriso Vereador João Paulo Saraiva. Mas é, mas é 1.25. Ele por momentos pensou, vi ali um grande momento de alegria. Não. É 1,251. É uma proposta de alteração que vem num período, é uma proposta também ela conjuntural, e não ao encontro daquilo que também foi intervenção do Sr. Presidente e não passarmos aqui de o 80 para o 8. E, portanto, nesse sentido é um sinal desagravamento fiscal que deve ser levado num determinado período em que, como se o Sr. Presidente aqui disse, é uma receita conjuntural, mas é uma de receita conjuntural que também já existia no anterior orçamento. Veremos o seguinte, aguardaremos pelo seguinte e, portanto, tendo em conta aquilo que a previsão de receita em taxas municipais e

impostos municipais, e aquilo que é o histórico que permite e que faço referência nesta proposta de alteração, penso que era um bom sinal do município. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado.

Srs. Vereadores, não havendo mais intervenções, vamos organizar, há!

Sr. Vereador faz favor.

O Sr. Vereador Manuel Figueiredo: - Muito obrigado Sr. Presidente. É que nós estamos aqui com uma grande dúvida relativamente à proposta do Sr. Vereador João Gonçalves Pereira. Porque o que nós, vamos lá a ver os 2 e meio ou os 3.75 correspondem, eu sei, ou 1.25, isso corresponde à parte do IRS que é devolvida às pessoas, certo? Portanto, o Sr. Vereador está a propor é que a parte que seja devolvida às pessoas seja menor. Não, desculpe. Quando passa de 2 e meio para 1.25, está a propor que devolvamos menos. É isso?

(Diálogos cruzados)

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Intervenção muito pertinente do PCP. Obrigado pela ajuda.

O Sr. Vereador Manuel Figueiredo (cont.): - Como é, que não percebi a questão. Já agora, em relação ainda ... bem, é para dizer que, naturalmente, nós ... peço desculpa.

(Diálogos cruzados)

O Sr. Presidente: - Vereador João Gonçalves Pereira, posso só perguntar qual é a redação final da proposta? A proposta é sua, qual é a redação final?

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Vai ao encontro daquilo que foi aqui dito e bem retificado pelo Vereador do PCP, os 3.75.

O Sr. Presidente: - 3.75, Muito bem!

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - 3.75, 3.75 incluindo uma devoção maior interesse aquilo que é Essa é a intenção da proposta.

O Sr. Presidente: - 3.75, muito bem!

O Sr. Vereador Manuel Figueiredo: - Já agora, é só para dizer, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, que, naturalmente, nós estamos contra esta proposta como aliás estamos contra a proposta que é apresentada. Esta proposta do Sr. Vereador agravaria pelas contas d, que há bocadinho nos foi reportado pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva, que disse que esta devolução corresponderia a 20 milhões de euros. Com este aumento corresponderá a 30, portanto é aumento de mais de 50%.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Vereador Manuel Figueiredo (cont.): - Corresponderia a 30, portanto agora, corresponde a 45.

Nós estamos contra, naturalmente, estamos quanto à proposta original e muito mais teremos contra esta, porque nós consideramos que esta devolução irá essencialmente beneficiar os munícipes que têm um maior imposto, que tem um maior rendimento e por essa via pagam mais imposto e, portanto, seriam as mais beneficiadas e, portanto, ela fere, a nosso ver a perspetiva equitativa do esforço que os municípios deverão fazer para o seu município e, portanto, estamos naturalmente contra esta proposta. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Senhores Vereadores, então eu proponho, vamos passar à fase das votações agora das propostas todas da nossa ordem de trabalhos não há mais intervenções. Eu iria sugerir o seguinte, vamos então a forma talvez adequada, será estarmos o ponto 8, 9, 10 e 11 que são as matérias de natureza fiscal e depois as seguintes.

Relativamente ao ponto 8, começamos por votar a proposta do CDS, esta alteração do CDS que tem um número, não tem número, é a proposta de alteração à 601, 601-A. Muito bem. Proposta, 601-A, quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi rejeitada com os votos a favor do CDS do PSD e o voto contra dos restantes vereadores, e haverá uma declaração de voto da maioria do executivo que votamos contra esta proposta por esta proposta aumentar os impostos e nós não concordarmos com esse aumento neste momento.

Vamos votar a proposta nova ou ponto 9 da ordem de trabalhos, proposta, 602/2016, não, agora vamos votar a proposta 601/2016. Quem vota contra? Quem se abstém? Ah 9 do IMI, muito bem. Da 9 relativamente ao IMI. A nova ainda não foi votada. Não, a que foi votada foi a 601-A. Essa foi votada, Estávamos a votar a 601 que é original sobre o IRS.

Vamos então votar já foi votada a 601-A, certo? Peço que registem na Ata. Vamos a Proposta 601/2016. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com o voto contra do PCP, com a abstenção do PSD e o voto a favor dos restantes Vereadores, com a abstenção do PSD e do CDS e o voto a favor dos restantes vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 601/2016 a qual foi aprovada por maioria com 11 votos a favor (8PS e 3Ind.), 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos contra (PCP).

O Sr. Presidente: - Passamos agora ao ponto 9. Sr. Vereador.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Sr. Presidente, era precisamente em relação a este ponto 9 proposta 602/2016, em que pedimos que fosse destacado ponto 4 para votação separada.

O Sr. Presidente: - Muito bem. Vamos então no ponto 9 da Ordem de Trabalhos, na Proposta 602/2016, vamos votar, Srs. Vereadores posso pedir atenção nesta fase das votações. Vamos votar o ponto 4 da proposta, 602/2016, quem vota contra? Quem se abstém? A para o ponto foi aprovado com os votos contra do PCP, a abstenção do PSD e o voto a favor dos restantes. Sim, Sr. Vereador.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Peço desculpa. É que o Sr. Presidente introduziu e aqui uma questão, que me vai contra o espírito da proposta que iniciei e estou-me a referir à proposta número 8 e, portanto, depois entretanto perdi-me aqui, nem sei muito bem que estão votar agora. Vamos lá a ver, a intenção é que a Câmara possa devolver em termos de IRS mais do que aquilo que devolve. E portanto, foi nesse sentido em que, e por isso daí a dúvida, pareceu-me que os 3.75 deviam ser 1.25. ainda agora estava a ver aqui com a Vereadora Teresa Leal Coelho. Mas, pelos vistos e 3.75 e,

portanto, foi esse o espírito é isso que está na proposta, portanto nós estamos a falar de um agravamento fiscal.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador, isto foi esclarecido e eu pedi o esclarecimento mais uma vez aqui, são todos de testemunhas, qual era o valor da proposta final do CDS, o CDS confirmou que era os 3.75, foi isso que nós votámos. Agora se as propostas, se o Sr. Vereador não sabe as propostas que apresenta, eu aí não tem responsabilidade. É que foi perguntado, aliás, explicitamente. Não, o 3.75 aumenta a retenção às pessoas. É!

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Ó Sr. Presidente, eu comecei por dizer que havia um erro na proposta que era 1.25. Confiei naquilo que, evidentemente que alguém com um outra autoridade. Não ponho em causa que foi com a maior das boas vontades não é isso. Não ponho sequer isso em causa. Agora há um espírito na proposta em si. Eu comecei por dizer, disseram, não atenção que deveria ser ao contrário e, portanto, nesse sentido se vai ao encontro desse espírito não sendo eu nenhum especialista nem nenhum técnico sobre a matéria, aceitei isso.

Desculpe lá, mas ouça oh Sr. Vereador desculpe lá. E, portanto, para que fique absolutamente claro e, portanto, eu comecei por dizer...

(Diálogos cruzados)

O Sr. Presidente: - Eu peço desculpa que a peço silêncio na sala para podermos prosseguir nos nossos trabalhos, ainda temos muitas coisas para votar. Sr. Vereador está no uso da palavra, eu peço-lhe que conclua por favor para prosseguirmos.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Pronto e, portanto, relativamente à proposta e a intenção da proposta é no sentido de uma reposição, reposição que não deve ser na totalidade do valor a que a Câmara dispõe, mas que deve ser inferior àquele que está contemplado na proposta da maioria. E, portanto, foi nesse sentido que apresentei esta proposta de alteração no sentido de uma devolução maior. E, portanto, é nesse espírito é que a proposta estava a votação e foi nesse sentido que fiz essa intervenção.

O Sr. Presidente: - Muito bem. Está feita a sua declaração. Vamos ao ponto. Não Sr. Vereador, eu peço desculpa, a proposta foi votada no texto que está,

eu pedi a confirmação sobre o texto, eu não tenho responsabilidade sobre se o Sr. Vereador descobre meia hora depois que a sua proposta está mal feita. Vai-me desculpar isso, eu não tenho responsabilidade sobre isso. A sua declaração está feita, está registada, é aquela que fica. Está bem?!

Sr. Vereador, é assim, pedi, aliás, mais do que uma vez a confirmação. Desculpe lá! bom!

Srs. Vereadores, estamos a votar o ponto 9 da Ordem de Trabalhos, está bem? Estamos a votar, eu pedi atenção ao Srs. Vereadores. Srs. Vereadores peço desculpa.

Sr. Vereador João Gonçalves Pereira, eu vou ter que avançar, nós não podemos ficar aqui presos, desculpe lá, das questões. Não tenho nenhum incómodo. O meu incómodo é só com o tempo de votar as redações, de votar, continuar a votar a Ordem de Trabalhos, importam-se que prossigamos. Nós estamos no Ponto 9 da Ordem de Trabalhos.

O Senhor Vereador popular que estamos no ponto 9 da Ordem de Trabalhos. Já usou da palavra, já registou essa votação, está encerrado. Todos participaram, disseram o que tinham a dizer e fizeram. Estamos no ponto 9, está bem?

O ponto 9 da Ordem de Trabalhos, pediram o destaque ou sobre o número 4.

Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Oh Sr. Presidente, desculpe lá. Ou há um princípio de boa-fé nestas coisas ou não existe. É tão simples quanto isto. Portanto, o espírito, e eu disse-o na minha intervenção, aliás, o texto da proposta diz a 3.75 e eu não sou nenhum especialista nesta área fiscal nem nesta matéria, tanto que ainda agora...senhor desculpe lá.

Ou seja o Sr. Presidente, a alteração que foi feita, e já não é a 1ª vez que, em discussões destas há contributos de outras forças políticas dizendo, “olhem, atenção que o sentido a sua posição são matérias técnicas. mais técnicas deveria ser este”, e as coisas são ajustadas. Agora nunca se viu, é a 1ª vez, então será a 1ª vez no município em que há um contributo de uma outra força política relativamente ao texto duma proposta, porque percebeu a intenção só que, no contributo que dá, não é o contributo pelos vistos que era o mais acertado. E portanto foi nesse princípio de boa-fé, que aceitei e acolhi. Não acredito que seja uma rasteira do PCP como é evidente. Que a dizer, nem a vereadora, nem o PSD associava-se a isso. Oh Sr. Vereador desculpe lá.

O Sr. Presidente: - Peço desculpa, já ouvimos. Sr.ª Vereadora Teresa Leal Coelho por favor.

A Sr.^a Vereadora Teresa Leal Coelho: - Agradeço a disponibilidade do Sr. Presidente e da restante Vereação para ouvir este argumento. E considero mesmo que tenho visto reações e esta explicação que o Sr. Vereador João Gonçalves Pereira apresentou, reações de alguma intolerância, não é.

Eu não me apercebi exatamente o que aconteceu na relação das duas bancadas da Vereação do CDS/PP com o PC, mas uma coisa é certa. Aquilo que foi a proposta que o Vereador João Gonçalves Pereira pretendeu apresentar, foi uma proposta que não iria agravar os impostos. Aliás, no que, diz respeito à taxa a praticar no que diz respeito ao IRS para 2017, que na proposta de orçamento 2,5 aquilo que, 2,5 para efeitos de devolução. Aquilo que Vereador, a intenção Vereador era precisamente aumentar essa devolução. E foi nesse sentido que os Vereadores do PSD acompanharam essa proposta. Se houve efetivamente depois uma alteração da substância, ou um erro material sobre a substância, ela tem que relevar. Em estado de direito democrático, não faltava mais nada que vindo um Vereador que acabou de apresentar uma proposta, dizer que a intenção é intenção no sentido contrário e sendo essa a verbalização daquilo que está no texto da proposta, que não haja condições para a alteração do erro material. E por isso mesmo parece-me que se o Vereador João Gonçalves Pereira apresentou uma proposta no sentido de aumentar a devolução aos municípios, é isso que está em votação e que deve ser considerado por esta Câmara. Não há nenhuma outra. Tanto quanto eu percebo aquilo que foi, que resultou desta conversa, desta negociação para efeitos de votação foi que se alteraria para 1.2, e tanto quanto eu percebi, que não assistiu porque foi tomar um café, parece que a bancada do CDS dialogou com a bancada do PCP, e a bancada do PCP deu uma informação que levou a este erro material. Foi assim, não é, os factos, julgo eu mas parece-me que temos que repor, e se nós temos que reuniões de Câmara que têm durações alargadas por causa de intervenções alargadas, sem que haja qualquer reclamação ou protesto por parte da Vereação do PSD e julgo também que do CDS/PP. Julgo que não é, numa circunstância destas porque o alargar do tempo da reunião decorre de um erro de material ou erro de facto que, aliás, juridicamente falando o erro de facto, leva a anulação de qualquer negócio. Bom, mas por vir do da bancada do CDS/PP não pode haver uma manifestação de intolerância pelo bem, pelo contrário. Eu acho que nós todos temos que promover a verdade material. O Vereador João Gonçalves Pereira apresentou uma proposta com uma intenção, se ela foi votada em sentido

contrário, nós não podemos deixar que esse erro perdure. Muito obrigada Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - É para pormos um bocadinho de ordem na casa, porque assim, isto não é, não foi nenhuma proposta de PCP, adenda de coisa nenhuma nem alteração de coisa nenhuma. Aquilo que se passou é que a proposta está redigida ao contrário daquilo que deveria estar. E nós ficámos preocupados com a clarificação de teor da proposta e perguntámos. Oh Sr. Vereador tenha calma, porque aquilo que devia estar era de uma devolução de 3.75 e é problema palavra, em vez de estar “devolução” estar a “participação”, é que os valores ficaram contrário. Nós percebemos o sentido da proposta, e eu penso que toda a gente percebeu e não ficou dúvida nenhuma, mas, enfim.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador José Sá Fernandes. Srs. Vereadores vão-me desculpar uma coisa, Sr.^a Vereadora Teresa Leal Coelho.

O Sr. Vereador José Sá Fernandes: - Sr. Presidente, é só uma questão. Aqui a questão de base não está nos 3.75, está na redação. Está na própria redação e, portanto, a redação está mal feita. Eu acho que o Sr. Vereador devia retirar a proposta. Eu por mim se o Sr. Presidente quiser somos magnânimos nisto retira-se a proposta e não se fala mais nisto. Agora, eu não quero cá intenções de pessoas que não sabem o que é que estão a fazer, desculpe lá, estão a confundir devolução com a participação.

O Sr. Presidente: - Srs. Vereadores, peço desculpa. Vereador José Sá Fernandes, importam-se só por favor, peço desculpa, eu vou dar este ponto por encerrado nos seguintes termos. Srs. Vereadores, peço desculpa do seguinte: peço desculpa do seguinte:

Não há aqui nenhum erro material, não há aqui uma situação ..., por uma simples razão, a proposta não foi aprovada, não nenhuma proposta aprovada, por isso não há nenhum erro material de algo que já não existe. Srs. Vereadores, peço desculpa a proposta não existe, neste momento, foi chumbada. Aliás, o PCP anunciou, aliás, que votaria contra qualquer uma das duas alternativas, pronto. Nós também, aliás, já tínhamos anunciado que votaríamos contra também a qualquer uma, que achamos que a carga fiscal não devia ser alterada. Se o Senhor Vereador redigiu mal a proposta, errou na

redação da proposta, teve oportunidade de a corrigir aqui, e agora vem apelar a magnanimidade quando ainda, por cima, é de uma profunda arrogância em tudo o que se diz no seu diálogo com o executivo. Oh Sr. Vereador desculpe lá, não dou para esse peditório. Isto mais não lhe passa do que um pequeno embaraço, mas que lhe fica que fique para a frente, para a próxima redija bem as propostas, redija bem as propostas. Sr. Vereador, desculpe lá uma coisa, a proposta, isto já não tem nenhuma relevância material porque a proposta não foi aprovada.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

O Sr. Presidente (cont.): - Qual é a relevância material? Então explique-me lá Sr.^a Vereadora Teresa Leal Coelho, a quem eu reconheço, peço desculpa, deixe-me só dizer-lhe Sra. Vereadora. Reconheço-lhe, deixe-me dar a palavra de apreço de solidariedade que está a ter com o Vereador João Gonçalves Pereira, nesta matéria.

A Sr.^a Vereadora Teresa Leal Coelho: - Sou solidária com que o Vereador João Gonçalves Pereira, por via da regra, não é, e da exceção também. Mas não é só com o Vereador João Gonçalves Pereira que sou solidária, também há outros vereadores e outras ... com que passou que solidária quando houver razões para isso. Agora efetivamente aquilo que a nós votámos, os Vereadores do PSD, não foi aquilo que afinal resulta na proposta. E tenha sido aprovada ou tenha sido rejeitada, efetivamente, nós queremos anular o sentido de voto na medida em que essa não era a nossa intenção.

O Sr. Presidente: - Muito Bem, Sr.^a Vereadora. Só lamento que tenham, de facto, sido levados ao engano pelo CDS. Pronto, isso acontece. Srs. Vereadores querem repetir a votação da proposta?

O Vereador João Gonçalves Pereira: - Eu agradeço sua disponibilidade no sentido de repetição da votação. Agradeço a sua disponibilidade e a intervenção que aqui fiz relativamente à intenção, fosse relativamente a qualquer outra força política, contraria evidentemente como o apoio relativamente quando há um erro, porque há uma determinada intenção e, portanto, a proposta que está a em cima da mesa em termos daquilo que é o CDS e, aí o Vereador até aqui, houve o contributo Vereador José Sá Fernandes no sentido de dizer “atenção que há ali, vocês quando redigiram a

proposta”, eu assumo essa responsabilidade e o erro sem qualquer problema, ouça, erra na vida toda a gente erra, mal daqueles que não admitem mal daqueles não admitem os erros que cometem, mal daqueles. E, portanto, em relação à redação da proposta, onde se lê “participação”, deve estar “devolução”, é tão simples quanto isto. E penso que isso era o espírito também da chamada de atenção do Vereador do PCP e, portanto, foi nesse espírito, foi nesse espírito exatamente que a proposta está em cima da mesa. Tentar deturpar o espírito em nome de uma outra razão qualquer, acho que não faz muito sentido e, portanto, e foi nesse espírito também que o PSD votou favoravelmente, assim como eu que era o proponente e, portanto, se entender, se a Câmara entender repetir a votação, tendo em conta a sua disponibilidade na pergunta, eu agradeço. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador, registo o seu apelo à tolerância para com os seus erros próprios, com a sua intolerância para com os erros alheios.

Srs. Vereadores, vamos então fazer o seguinte para que isto fique só como um episódio cómico deste processo orçamental, vamos então fazer o seguinte: o Sr. Vereador, no fundo, que proposta é que quer que seja a sua? Qual é? É só para ficar registar na Ata qual é? É que eu recordo o seguinte, é que eu fiz essa pergunta duas vezes antes.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Sr. Presidente, então vamos lá: Relativamente ao último parágrafo, há a 2ª linha antes do final do parágrafo no fundo diz “as respetivas alterações ... de uma devolução de 30,75 no imposto rendimento de pessoas singulares para vigorar no ano 2007”, “uma devolução”, é essa a intenção. Penso que é isso que a foi a sugestão do PCP e a própria gestão do Vereador José Sá Fernandes, porque perceberam exatamente o espírito tal como o Sr. Presidente também perceber esse espírito. Portanto que com a questão da devolução, trocamos a palavra “participação” por “devolução” eu penso que repõe-se no fundo a intenção, porque é essa a intenção da proposta que aqui apresento. Penso estar correto, não Sr. Presidente, tendo em conta a minha intenção? Ou acha que deve haver aqui ...

O Sr. Presidente: - Não, por acaso não está, mas cumprirá o mesmo efeito.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Mas não está porquê?

O Sr. Presidente: - Porque a lei determina que é “participação”, que o que nós legalmente estamos obrigados a definir e, por isso a nossa participação é de 1,25.

(Diálogos cruzados)

O Sr. Presidente (cont.): - Oh Sr. Vereador, eu peço desculpa, eu não tenho culpa que o Sr. Vereador não faça ideia daquilo que está a fazer. Eu vou-lhe só dizer, não interessa, bate com a intenção. Bate com a intenção sua aceitação. Posso-lhe confirmar que estou de acordo com o espírito da sua ... valido que a parte deliberativa bate de acordo com o seu espírito.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - É o espírito a “devolução”, então mantém como “devolução”, sim, senhor para podermos votar

O Sr. Presidente (cont.): - Muito bem. Srs. Vereadores, vamos então anular a votação anterior. Peço que fique anulada em ATA a votação anterior e vamos lutar de novo a proposta 601-A/2006, quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi reprovada com os votos a favor do PSD e do CDS e o voto contra dos restantes Vereadores.

Já tínhamos notado a proposta 601. Não creio que haja necessidade repetição da mesma. Passamos agora ao ponto 9. Peço desculpa.

(Intervenção Imperceptível fora do microfone)

O Sr. Presidente (cont.): - Não, a 602 ainda não votamos. Não.

(Intervenção Imperceptível fora do microfone)

O Sr. Presidente (cont.): - Eu proponho a votação de novo da proposta 602 na sua íntegra. Pode ser? Vamos votar o ponto 4. Sra. Vereadora

A Sr.ª Vereador Teresa Leal Coelho: - Sr. Presidente, eu pedi a palavra apenas para agradecer ao Sr. Presidente e a todos os Vereadores terem admitido a anulação da votação do ponto número 8, obrigada pela tolerância.

O Sr. Presidente (cont.): - Agora foi um gosto na parte que lhe diz respeito.

Srs. Vereadores vamos votar agora no ponto 9 da ordem de trabalhos, na Proposta 602/2016, vamos votar o Porto 4 desta proposta. Quem vota contra? Quem se abstém? O ponto foi aprovado com o voto contra do PCP e o voto a favor dos restantes Vereadores.

Vamos agora votar os restantes pontos, 1, 2 e 3, creio eu, da proposta 602/2016. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovados por unanimidade.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 602/2016 a qual foi aprovada por pontos:

Pontos 1, 2, 3, 5, 6, 7 - Aprovados por unanimidade.

Ponto 4 – Aprovado por maioria com 13 votos a favor (7PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos contra (PCP)

O Sr. Presidente (cont.): - Eu peço só a confirmação de que votamos todos os pontos da proposta, todos. Com a exceção do 4 já tinha sido tão.

O ponto 10 da ordem de trabalhos, a proposta 603/2016, quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 603/2016 a qual foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente (cont.): - Ponto 11 de ordem de trabalhos, proposta, 604/2016, quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com os votos contra do PCP e a abstenção do PSD e do CDS e o voto a favor dos restantes vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 604/2016 a qual foi aprovada por maioria com 9 votos a favor (7PS e 2Ind.), 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos contra (PCP).

O Sr. Presidente (cont.): - Vamos agora votar. O ponto 7 da ordem de trabalhos, a Proposta 600/2016. Proposta 600/2016, quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com os votos contra do PCP, do PSD, do CDS e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 600/2016 a qual foi aprovada por maioria com 9 votos a favor (7PS e 2Ind.) e 6 votos contra (3PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP)

O Sr. Presidente (cont.): - Srs. Vereadores, podemos votar os pontos 3, 4, 5, 6, em conjunto? Muito bem, vamos então votar o ponto 3 da ordem de trabalhos a proposta, 596/2016. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com os votos contra do PCP, do PSD, do CDS e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 596/2016 a qual foi aprovada por maioria com 9 votos a favor (7PS e 2Ind.) e 6 votos contra (3PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP)

O Sr. Presidente (cont.): - Pontos 4 da Ordem de trabalhos, a Proposta, 597/2016. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com os votos contra do PCP, do PSD, do CDS e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 597/2016 a qual foi aprovada por maioria com 9 votos a favor (7PS e 2Ind.) e 6 votos contra (3PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP)

O Sr. Presidente (cont.): - Ponto 5 da Ordem de trabalhos, a Proposta, 598/2016. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com os votos contra do PSD, do CDS, a abstenção do PCP, e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 598/2016 a qual foi aprovada por maioria com 9 votos a favor (7PS e 2Ind.), 2 abstenções (PCP) e 4 votos contra (3PPD/PSD e 1CDS/PP)

O Sr. Presidente (cont.): - Ponto 6 da Ordem de trabalhos, a Proposta, 599/2016. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com os votos contra do PCP, a abstenção do PSD e do CDS, e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 599/2016 a qual foi aprovada por maioria com 9 votos a favor (7PS e 2Ind.), 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos contra (PCP)

O Sr. Presidente (cont.): - Ponto 12 da Ordem de Trabalhos, a Proposta, 605/2016. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com a abstenção do PSD e do CDS, e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 605/2016 a qual foi aprovada por maioria com 11 votos a favor (7PS, 2Ind. e 2PCP) e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP)

O Sr. Presidente: - Sr.^a Vereadora Teresa Leal Coelho.

A Sr.^a Vereadora Teresa Leal Coelho: - Muito obrigado Sr. Presidente, é só para anunciar que os Vereadores do PSD apresentarão uma declaração de voto sobre esta proposta.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Declaração de voto Sr. Presidente.

Os Srs. Vereadores do PPD/PSD e do CDS/PP apresentaram declaração de voto.

O Sr. Presidente (cont.): - Ponto 13 da Ordem de Trabalhos, a Proposta, 606/2016. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com o voto contra do PCP, a abstenção do PSD e do CDS, e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 606/2016 a qual foi aprovada por maioria com 9 votos a favor (7PS e 2Ind.), 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 abstenções (PCP)

O Sr. Presidente (cont.): - Ponto 14 da Ordem de Trabalhos, a Proposta, 607/2016. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com o voto contra do PCP, do PSD e do CDS, e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 607/2016 a qual foi aprovada por maioria com 9 votos a favor (7PS e 2Ind.) e 6 votos contra (3PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP)

O Sr. Presidente (cont.): - Ponto 15 da Ordem de Trabalhos, a Proposta, 608/2016. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com o voto contra do PCP, a abstenção do PSD e do CDS, e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 608/2016 a qual foi aprovada por maioria com 9 votos a favor (7PS e 2Ind.), 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos contra (PCP)

O Sr. Vereador do CDS/PP apresentou declaração de voto.

O Sr. Presidente (cont.): - Srs. Vereadores peço-me que confirmem mas creio que concluímos a nossa Ordem de trabalhos e a nossa reunião de hoje.

Srs. Vereadores quero, antes de terminar, deixar uma palavra de reconhecimento e de agradecimento a toda a equipa da Direção Municipal de Finanças e das Empresas Municipais, que possibilitaram a apresentação deste exercício e deste orçamento sempre tão exigente e em particular também ao Sr. Vereador João Paulo Saraiva, mais uma vez pela qualidade do trabalho e também do debate. Muito obrigado.